



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATHEUS FELLIPE RODRIGUES BRAGA

História e descontinuidade: algumas contribuições de Michel Foucault para o campo historiográfico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS FACULDADE DE
HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Matheus Fellipe Rodrigues Braga

3. Título do trabalho

HISTÓRIA E DESCONTINUIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA O CAMPO HISTORIOGRÁFICO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo. Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;

- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 17/10/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Felipe Rodrigues Braga, Discente**, em 18/10/2023, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4130066** e o código CRC **113FCFAD**.

MATHEUS FELLIPE RODRIGUES BRAGA

História e descontinuidade: algumas contribuições de Michel Foucault para o campo historiográfico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de mestre em História.
Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Professor Dr. Ulisses do Valle

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Braga, Matheus Fellipe Rodrigues

História e descontinuidade [manuscrito] : algumas contribuições de Michel Foucault para o campo historiográfico / Matheus Fellipe Rodrigues Braga. - 2023. XCII, 92 f.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses do Valle.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

1. História. 2. Descontinuidade. 3. Narrativa. I. Valle, Ulisses do, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **078/2023** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **MATHEUS FELLIPE RODRIGUES BRAGA**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **nove dias de outubro do ano de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **13h00**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“HISTÓRIA E DESCONTINUIDADE: NOÇÕES DE UMA TEORIA DA HISTÓRIA FOUCAULTIANA”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Cristiano Alencar Pereira Arrais (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Mariana Affonso Penna (IFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **nove dias de outubro do ano de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

HISTÓRIA E DESCONTINUIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA O CAMPO HISTORIOGRÁFICO



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 16/10/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-Graduação**, em 16/10/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Professor do Magistério Superior**, em 16/10/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4125255** e o código CRC **870BAD5D**.

Referência: Processo nº 23070.044667/2023-91

SEI nº 41252

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é conseguir uma sistematização sobre o conceito de descontinuidade, pouco presente nos escritos de Foucault e norteador de seus trabalhos investigativos, e suas contribuições para o campo historiográfico. A noção de descontinuidade levanta certos problemas e também possibilidades ao domínio do conhecimento histórico, como a reflexão sobre o acontecimento e o objeto da própria narrativa. A trama histórica depende tanto de um passado, difuso e problemático, como também de um historiador que possui o ofício de elaborar sentido para os documentos e discursos do passado.

Palavras-chave: História. Descontinuidade. Narrativa.

ABSTRACT

The main objective of this work is to achieve a systematization of the concept of discontinuity, presented a little in Foucault's writings and guiding his investigative work, and his contributions to the historiographic field. The notion of discontinuity raises certain problems and also possibilities for the field of historical knowledge, such as reflection on the event and the object of the narrative itself. The historical plot depends both on a diffuse and problematic past, as well as on a historian who has the task of elaborating meaning for the documents and speeches of the past.

Palavras-chave: History. Discontinuity. Narrative.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. O SENTIDO DA DESCONTINUIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS	9
1.1. A trajetória da descontinuidade	9
1.2. A aplicação da descontinuidade nas ciências humanas	14
1.3. O sujeito foucaultiano	20
1.4. Descontinuidade e história	25
2. AS IMPLICAÇÕES DE UMA HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA	35
2.1. A arqueologia e a história	37
2.2. O papel dos anônimos na arqueologia	41
2.3. As bases nietzscheanas do procedimento arqueológico	50
3. A DESCONTINUIDADE NO ÂMBITO DA CIÊNCIA HISTÓRICA	58
3.1. O conceito de “ <i>episteme</i> ” na história e Foucault	60
3.2. História da loucura e a descontinuidade	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

A escrita da história, como bem sabemos, não operou sobre as mesmas regras e princípios na história da civilização ocidental. Desde a prevalência da retórica na antiguidade, passando pela história dos santos na Idade Média, as filosofias da história na modernidade, a cientificidade da História no século XIX e a Escola dos Annales no século XX, as maneiras de lidar com o passado e suas categorias de verificabilidade obedeceram a um certo regime e regras que tornaram possível o fazer historiográfico. Não se trata, obviamente, de um progresso do simples discurso até a sua efetiva cientificização, mas de ocasiões em que, em certas épocas e contextos, determinaram as condições do ofício do historiador.

A narrativa histórica operou, conforme aponta o historiador François Hartog, segundo “regimes de historicidade” diferentes ao longo da história humana. A maneira de ver e dizer sobre o passado se alterou na medida em que a própria reflexão histórica se transformou no ocidente. A História enquanto discurso se consolidou após um longo processo de reflexão e crítica sobre as categorias do discurso científico, persistindo hoje em inúmeros debates sobre os desafios e possibilidades da escrita da história no século XXI. Diversos historiadores e movimentos contribuíram para que a disciplina progredisse enquanto uma área específica do saber voltado para o passado das sociedades humanas.

Michel Foucault foi um dos pensadores que procurou ampliar através de sua crítica os objetos do saber histórico. Embora muito criticado entre os historiadores da sua época, sua filosofia contribuiu verdadeiramente para a percepção de novos problemas no campo da história. Suas obras atestam isso, pois Foucault demonstrou em “História da Sexualidade” e “História da Loucura” a possibilidade de a História se ocupar de temas marginais e construir um primoroso estudo sobre as formas da racionalidade ocidental.

A vida dos ilustres e dos impérios perdem um pouco seu privilégio e vai se delineando, na história proposta por Foucault, um quadro mais amplo de relações que passam a ser, constantemente, confrontadas com os mecanismos que atuam diretamente na dinâmica dos eventos e as formas de racionalização. A História não é o saber que reconstrói o passado, mas que elabora problemas e os investiga na tentativa

de se fazer entender uma certa relação ou situação do passado. A história foucaultiana busca revelar, por meio de uma investigação sistemática e cuidadosa, relações de poder que atravessam e constituem o próprio evento histórico.

Dessa forma, o critério que permeia o presente estudo é a busca por uma sistematização sobre a noção de descontinuidade em Foucault, na medida em que esse conceito realiza uma mudança significativa na produção historiográfica e na reflexão metodológica da ciência histórica. A história descontínua não inaugura uma história completamente nova, mas faz uma avaliação crítica do modelo tradicional e implementa novos problemas e abordagens ao trabalho do historiador.

Adiantamos, desde já, que a descontinuidade é muito mais uma dimensão da narrativa histórica do que propriamente um modelo rígido e sistemático para o fazer historiográfico. A história descontínua não é um modelo a ser fielmente seguido e tampouco uma história feita de migalhas, fragmentos e elementos dispersos, mas uma narrativa que procura dar forma e sentido para o emaranhado de vozes e eventos do passado. A descontinuidade é, essencialmente, elaboração de sentido para a dispersão histórica e reflexão sobre o próprio lugar do acontecimento em história.

O texto está organizado em três capítulos: 1) O sentido da descontinuidade nas ciências humanas, 2) As implicações de uma história arqueológica e 3) A descontinuidade no âmbito da ciência histórica. Esperamos, assim, desenvolver uma pesquisa direcionada a esclarecer a principal preocupação deste trabalho, que é entender um pouco mais sobre o papel da descontinuidade e as reais contribuições de Foucault para o campo historiográfico. Seus textos e palestras, bem como o trabalho de comentadores, contribuem para que seja possível, ao longo da pesquisa, traçar um quadro mais amplo em que a noção de descontinuidade se situa e se impõe na narrativa histórica.

O primeiro capítulo, portanto, é construído buscando evidenciar a relação de Foucault com outros pensadores, como Bachelard e Canguilhem, na medida em que esses influenciaram de maneira importante o filósofo da arqueologia. Percebendo a história das ciências como um fator importante na própria crítica a um discurso universalizante e progressista da ciência, é possível compreender, sobretudo em Canguilhem, o surgimento de uma perspectiva descontínua que evidencia o conceito não mais a partir de certa originalidade e um progresso histórico, mas uma abordagem diferente que localiza o conceito dentro de uma dinâmica complexa em que ele próprio

se afirma e se transforma.

Não será nosso intuito, com esse capítulo, realizar um estudo aprofundado sobre a obra de Canguilhem, mas traçar paralelos com o pensamento de Foucault. O elo de ligação entre os autores que iremos discutir, e que acrescenta a nossa pesquisa, é o conceito de descontinuidade que está presente nos dois autores. Assim, tentaremos mostrar o “percurso” do conceito até a sua aparição em Foucault e as transformações realizadas pelo filósofo. Dessa forma, Canguilhem irá aparecer de maneira superficial, apenas como um elo de ligação com Foucault, já que um possível paralelo entre os autores esclarece ainda mais o conceito que estamos analisando.

O segundo capítulo, por sua vez, busca discutir o papel de uma história arqueológica e suas consequências metodológicas para a própria narrativa histórica. Isto é, quais são as novidades e contribuições de um procedimento arqueológico para a ciência histórica e como isso nos ajuda a entender, no terceiro capítulo, a relevância da descontinuidade. Utilizamos aqui alguns exemplos e argumentos que buscam dar maior força para a história arqueológica, uma vez que ela torna possível, por meio de uma abordagem não mais completamente linear, o aparecimento de novas narrativas, eventos e fontes.

Como forma de analisar a arqueologia, procuramos enriquecer o debate incluindo também alguns textos de Nietzsche, já que a arqueologia é um desdobramento da genealogia nietzscheana. Buscamos, com isso, apresentar um desdobramento intelectual que, com Foucault, atinge o projeto de um procedimento historiográfico inovador, cuja forma se apresenta através de uma análise cuidadosa dos tempos históricos. Assim, a correspondência entre Nietzsche e Foucault será analisada para esclarecer, satisfatoriamente as bases do procedimento arqueológico, bem como suas influências filosóficas.

O terceiro capítulo, por fim, busca evidenciar a relação da descontinuidade com a narrativa histórica no sentido de entender a história desenvolvida por Foucault, a real possibilidade de pensar também as suas contribuições para a historiografia. Podemos afirmar, provisoriamente, que a história arqueológica, por meio da descontinuidade, opera uma transformação significativa no procedimento historiográfico. Isso porque, com a descontinuidade, o passado se abre a novas possibilidades discursivas e interpretativas, em que o evento não mais se restringe à história dos ilustres, mas torna possível também o surgimento de novos temas e abordagens sobre o protagonismo em história, bem como novas reflexões sobre os tempos históricos.

Esperamos que a presente pesquisa possa contribuir para os estudos em História e ampliar os debates em torno do pensamento de Foucault. Embora seja um autor já bastante conhecido e estudado, acreditamos que nunca é suficiente quando se estuda um clássico na história do pensamento. Não buscamos esgotar o assunto e tampouco concluir definitivamente acerca de sua teoria da história, mas simplesmente evidenciar que há em Foucault, embora não sistematizado completamente, uma abordagem historiográfica relevante que nos ajuda a pensar a história de nossa própria disciplina e suas possibilidades atuais.

1. O SENTIDO DA DESCONTINUIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS

1.1. A trajetória da descontinuidade

Em 1966, quando Foucault publica um de seus livros mais polêmicos e complexos, “As Palavras e as coisas”, nomes expressivos da comunidade intelectual iniciaram um debate sobre os objetivos do autor e as implicações de seu novo livro. Foucault ainda não era um autor de destaque na comunidade científica e foi apenas após a publicação dessa obra que o seu nome começa a se destacar não apenas no seu ambiente de convívio, a França, mas também em circuitos de intelectuais fora da França e da Europa. O conceito de “episteme”, um recorte amplo dividido entre três épocas (Renascimento, Idade Clássica e a Modernidade) e a morte do homem causaram surpresa em alguns e admiração em outros.

Intelectuais mais próximos de Foucault, como o filósofo Georges Canguilhem, logo se manifestaram em defesa do autor e de suas ideias inovadoras. No esforço de tentar mostrar que o seu pensamento não se afastava e nem tinha como propósito a destruição das ciências humanas, mas o contrário, inserir a sua própria área em um conjunto de reflexões e discussões que permitia vislumbrar um novo caminho para as ciências humanas, Canguilhem apresentou um Foucault mais lúcido e coerente. Segundo Canguilhem “O êxito de Foucault pode ser justamente entendido como recompensa pela lucidez que permitiu ele enxergar este ponto para o qual, diferentemente dele, outros foram cegos” (2012, p. 9).

Por outro lado, houve também aqueles que não concordavam com o autor e viam em sua obra o esboço de um projeto de destruição das ciências humanas e dos pressupostos teóricos da época. É o caso de José Guilherme Merquior, crítico literário brasileiro que publicou em 1985 o livro “Foucault ou o Nihilismo de Cátedra”, obra em que o autor desenvolve longas críticas ao filósofo que, já na década de 80, se destacava como um grande intelectual francês. Merquior define Foucault como um personagem “antimoderno”¹, de “esquerdismo”² e de “fobia antiburguesa”³. A análise de Merquior é

¹ Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault: ou o nihilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021, p. 59.

bastante rica e muito contribuiu para a compreensão de Foucault no Brasil, pois o autor consegue fazer uma baliza entre o que considera positivo e negativo no pensamento do filósofo.

A maior preocupação de Foucault, segundo Merquior, “consiste em fazer um relato histórico, em profundidade, do surgimento das ciências humanas” (2021, p. 93). E considerava “As Palavras e as Coisas” o melhor trabalho do seu projeto, pois havia “submetido a história ao bisturi” (2021, p. 208). Essa noção é bastante pertinente em se tratando de sua obra, pois o que Foucault sempre buscou fazer, na tentativa de uma compreensão profunda sobre os problemas que percorriam as ciências humanas, foi diversos cortes a partir de questões específicas que o preocupava.

Em torno desse método, ou seja, de fazer um estudo através de cortes realizados sistematicamente, de buscar uma descontinuidade em sua investigação histórica, é que pairou boa parte da crítica dos intelectuais pouco inclinados ao seu pensamento, sobretudo entre os historiadores. O tradicionalismo nas ciências humanas dificultava o surgimento de análises que partiam de perspectivas diferentes, como foi o caso da noção de descontinuidade. Se para alguns a descontinuidade significava uma nova maneira de lidar com as ciências humanas, uma análise muito mais rica e inovadora, para outros, por outro lado, essa abordagem prejudicava a pesquisa científica, pois dispersava e confundia o trabalho acadêmico.

No entanto, essa noção significa muito mais que um abandono de antigos pressupostos e o surgimento de um novo método: trata-se, em síntese, de uma crise nas ciências humanas e a necessidade de um novo modelo que responda às novas exigências colocadas pelo debate intelectual. Foucault se insere nesse contexto não como alguém que está inaugurando algo novo, criando e formulando um novo método, mas como alguém que é influenciado por todo o cenário intelectual da época e incorpora a noção de descontinuidade no seu trabalho. Todo o seu projeto está situado na tentativa de fazer um estudo das rupturas, das fronteiras e de uma história descontínua.

A trajetória desse conceito até o momento em que Foucault o incorpora na história é longa. Seu professor e orientador, Canguilhem, já desenvolvia um pensamento voltado para o papel da descontinuidade na história da ciência. A sua epistemologia se tornou uma história de conceitos por meio da descontinuidade. O acompanhamento histórico de um conceito em busca de seu progresso, mas não a partir de um

² Cf. p. 151

³ Cf. p. 55

desenvolvimento linear, contínuo e evolutivo, mas das operações que articulam as transformações na ciência. E isso também era muito inovador, pois embora a epistemologia de Canguilhem se mantinha no estudo da verdade, algo que Foucault procurará pensar de uma outra maneira, tal proposta se inseria em uma perspectiva descontínua. Isto é, os conceitos que existem e se transformam na ciência não obedecem a um progresso que se encaminha a um conceito perfeito e universal, mas pelas alterações que sofrem dentro da própria ciência.

Embora o conceito de descontinuidade está profundamente relacionado com o projeto filosófico de Foucault, é evidente que essa reflexão não está surgindo como algo original na sua filosofia, mas a partir de problemas que são colocados por alguns precursores. Canguilhem, como já ressaltado, é talvez a principal influência de Foucault nesse momento. Roberto Machado afirma, nesse sentido, que a filosofia de Canguilhem “é uma epistemologia: uma investigação sobre os procedimentos de produção do conhecimento científico; uma elucidação das operações da ciência; uma avaliação da racionalidade científica” (2007, p. 15).

Sua epistemologia está preocupada, portanto, em entender a produção da verdade pela ciência. E a ciência, para Canguilhem, não passa de um discurso que objetiva um fim específico: a verdade. Fazer a história da verdade não é, dessa forma, reconstruir as origens de um pensamento e o seu desenvolvimento linear no tempo. A história de um conceito desde o seu surgimento até a conclusão de uma teoria universal e acabada. Significa, por outro lado, buscar entender a cientificidade de um saber que se constitui a partir das relações que são estabelecidas entre diversos saberes, diversas ciências e conceitos. Essa é, talvez, a maior contribuição de Canguilhem à epistemologia e o motivo de fascinação em Foucault.

O conceito, para Canguilhem, “é um nome dotado de um sentido capaz de interpretar as observações e as experiências” (2007, p. 20). Através dele que a ciência expressa a sua racionalidade. Epistemologia, para o filósofo, é uma história conceitual (progresso, descontinuidade). Um conceito não surge ao acaso e se desenvolve progressivamente até a sua interpretação final, pois o progresso que Canguilhem justifica na ciência se dá, fundamentalmente, através de transformações ocorridas dentro da própria racionalidade científica. Fazer a sua história, ou seja, a história de um conceito, não é uma investigação que parte de uma origem e chega a um final, mas que questiona suas transformações históricas e investiga, acima de tudo, o que o legitima enquanto expressão de um conhecimento verdadeiro.

Sendo assim, a epistemologia realiza um estudo sobre a produção da verdade por meio da ciência. Ao fazer isso, no entanto, abandona o sentido de uma história linear da verdade; mostra, ao contrário, que a racionalidade científica sofre modificações históricas e essas transformações não atestam a universalidade da ciência, mas sim a sua descontinuidade. A incorporação de uma perspectiva descontínua não significa afirmar a inconsistência e a fragmentariedade de uma ciência, mas sim as possibilidades de um conhecimento que leve em consideração a transformação e a mudança como elemento fundamental de sua racionalidade.

O estudo da razão, da verdade e do discurso na epistemologia de Canguilhem não ultrapassa os limites de sua definição. Isso quer dizer que, para a sua filosofia, a verdade e a razão são coisas semelhantes e o discurso científico é, por excelência, sua expressão maior. A base da sua filosofia está na busca de compreender a produção da verdade pela ciência, onde a história conceitual aparece como um espaço privilegiado para a compreensão de sua racionalidade e a descontinuidade de seu percurso.

Como afirma François Delaporte sobre a história epistemológica:

Uma história epistemológica busca a normatividade interna de uma atividade científica como ela foi praticada. O percurso ordenado, latente, agora perceptível cuja verdade científica é o termo provisório. A história das ciências não é, portanto, a filtragem do passado através daquilo que é atualmente validado. Mas ela não é tampouco a antologia daquilo que no passado, em um dado momento, foi aceito como cientificamente verdadeiro ou rejeitado como cientificamente falso (2011, p. 55).

O percurso ordenado, latente, cuja verdade científica é o termo provisório. Não se trata, como podemos ver, de um estudo sobre a constituição do que era cientificamente falso ou verdadeiro em um determinado contexto, mas sim a investigação do que Delaporte chamará de “dizer verdadeiro”, isto é, a formação do discurso científico. E para fazer isso o historiador deve observar o seu “percurso latente”, suas transformações ao longo da história não no sentido de encontrar um dia um conceito universal, a verdade inquestionável, mas um conhecimento científico e verdadeiro. Observar as coisas latentes quer dizer que a ciência avança por mudanças que, embora hoje já consagradas e perceptíveis, nem sempre essas relações se aparecem efetivamente a um olhar científico. Nem sempre a transformação se dá de maneira incisiva, mas pode acontecer também de maneira menos alarmante, na relação conceitual e nos procedimentos da ciência.

Essa verdade não permitirá dizer, por outro lado, que a ciência conseguiu

alcançar um conhecimento universal sobre as coisas, mas que, de certo modo, sua racionalidade científica encontra-se na relação que é feita e refeita a partir de diálogos que são formados com o intuito de atingir um determinado conhecimento científico. Essa é a característica elementar da epistemologia francesa, ou seja, promover uma investigação que leve em consideração as transformações “latentes” da ciência, seu progresso não apenas por uma trajetória linear, continuísta, mas que siga as possibilidades de uma abordagem descontínua no campo da ciência.

A obra mais famosa de Canguilhem, “O Normal e o Patológico”, publicada em 1966 representa um evento importante para história das ciências. Se distanciando do que podemos chamar de uma análise tradicional, Canguilhem promove uma reflexão inovadora, pois coloca em evidência uma nova relação das ciências com o seu objeto de estudo. Sua obra foi um dos primeiros estudos a tratar a doença sob uma nova perspectiva, não mais restrita aos ditames da medicina, mas em contato com outras áreas de investigação. O conceito de “normal” e “anormal” é visto, assim, a partir de um contexto histórico e filosófico que contribui para uma compreensão da própria historicidade de seu objeto. Ou seja, não o estudo de algo já determinado e construído universalmente, mas de seus mecanismos e condições que definem a sua existência e funcionamento dentro de certas exigências sociais.

A tese de Canguilhem é que a doença, nas sociedades contemporâneas, deixa de ser um fenômeno puramente biológico, cujo papel da ciência seria descortinar os seus elementos e atingir um grau de verdade sobre o assunto para, enfim, se tornar também um fenômeno social que revela não a verdade sobre si, mas relações entre os conceitos científicos e a realidade cultural. Mostrar que a preocupação da ciência não é a busca pela verdade, mas pelo “dizer verdadeiro” e seu progresso na história. Progresso que, como já salientamos, se dá de maneira não linear e contínua, mas a partir de certos recortes e transformações na racionalidade científica.

As ciências humanas ganham, com isso, um novo paradigma na pesquisa científica. Incorporando novas áreas e reflexões no sentido de compreender determinado assunto, o saber científico se abre a uma nova possibilidade de conhecimento, recorrendo a novos métodos e abordagens acadêmicas. Claro que esse processo não se realizou com plena aceitação entre os intelectuais da época, pouco favoráveis às reflexões promovidas pelo pensamento de Canguilhem. No entanto, sua obra mostra os velhos limites do pensamento científico que tenta romper: enclausurada em si mesma, a ciência buscava, até então, um estudo conceitual sem levar em conta a sua própria

historicidade e a relevância do pensamento filosófico para o conhecimento científico.

Ao desenvolver uma epistemologia voltada para a descontinuidade do pensamento científico, a obra de Canguilhem introduz essa noção extremamente importante na operação científica. Desnaturalizando os conceitos de “normal” e “anormal”, inserindo-os em uma lógica filosófica e histórica, sua investigação busca aprofundar a análise em busca dos procedimentos que articulam o saber dentro de uma estrutura conceitual e filosófica. Desarticulando, também, o “progresso” de um conceito, quer dizer, seu desenvolvimento linear, Canguilhem aponta para a descontinuidade do conceito. Sua formação e aparecimento não a partir de um progresso linear, continuísta, mas a partir de sua própria eventualidade, a forma que um conceito se apresenta e como ele está organizado dentro de certa racionalidade científica. Essa é a principal contribuição da Canguilhem e, sem dúvidas, o que acabou influenciando profundamente o pensamento de Michel Foucault.

1.2 A aplicação da descontinuidade nas ciências humanas

Foucault era um grande intelectual. Não apenas porque escreveu obras importantíssimas e se tornou mundialmente conhecido na segunda metade do século XX, mas porque era alguém que sabia ir de um canto a outro da filosofia, ler os clássicos do pensamento ocidental e criticá-los sem, em razão disso, desconsiderar a originalidade de suas obras. Como leitor de Nietzsche, Foucault não era nietzschiano. Nem tampouco marxista. Foucault era alguém curioso em busca de respostas aos problemas que constantemente elaborava. E para respondê-las, muitas vezes foi confundido com rótulos que ele mesmo não concordava. Pode-se afirmar, portanto, que Foucault é um pouco de tudo. Ele usa certos autores como instrumentos, como uma lanterna que o ajuda, na escuridão da noite, percorrer o seu próprio caminho.

O objetivo do tópico anterior foi, justamente, apresentar as particularidades do pensamento de Canguilhem dando ênfase ao sentido de descontinuidade que ele desenvolveu em sua filosofia. Não foi nosso propósito esboçar um panorama completo de sua obra, algo que demandaria um tempo e atenção maior aos seus textos. Ao destacar a originalidade de Canguilhem e a influência de uma perspectiva descontínua em sua filosofia, fica mais claro para nós a trajetória desse conceito até o momento em que o próprio Foucault irá incorporar em sua filosofia. Embora esse conceito não

apareça muitas vezes nos livros de Foucault, é evidente que essa perspectiva sempre esteve ali, desde “História da Loucura” (1961), até os seus últimos cursos na década de 80.

A obra mais importante para pensar a descontinuidade em Foucault é o seu livro “As Palavras e as Coisas”, de 1966. O próprio José Guilherme Merquior considerava essa uma das mais importantes obras de Foucault⁴. Embora muito criticado e incompreendido após a publicação desse texto, “As Palavras e as Coisas” é uma das obras mais impactantes do século XX. Nela há uma análise aprofundada sobre a constituição das ciências humanas e dos saberes que, em cada *episteme*, se organizaram de determinada maneira a fim de entender a vida, a sociedade e o sujeito. Esse estudo da *episteme* está atravessada por uma perspectiva descontínua, em que o autor busca entender não as origens e o progressos dessas mudanças no pensamento ocidental, mas, pelo contrário, os entrecruzamentos que marcam o surgimento de uma nova relação com o conhecimento.

Após a publicação de “As Palavras e as Coisas”, Foucault começa a aparecer no meio acadêmico e cada vez mais seus textos são lidos e debatidos entre os intelectuais. Isso gera diversas reações entre os pensadores da época, pois nem todos estavam abertos às novas ideias promovidas pelo intelectual francês. Ou porque não compreendiam os seus textos, que de fato possuem uma linguagem extremamente erudita, ou porque não compreendiam o verdadeiro alvo de sua crítica. Por muitas vezes Foucault foi visto como um anti-racionalista e anti-histórico, um filósofo que queria acabar com todas as bases do pensamento moderno e causar o caos na filosofia.

No entanto, o objetivo de sua filosofia não era negar, por completo, o pensamento ocidental e histórico da sua época. Pelo contrário, sua preocupação consistia em poder realizar um estudo sistemático sobre a forma que o saber moderno se organizou no ocidente. Assim, conforme avalia Blanchot:

“O que é certo, pelo menos, é que, tal como Foucault não põe em causa, em si própria, a razão, mas sim o perigo de certas racionalidades ou racionalizações, também não se interessa pelo conceito de poder em geral, mas sim pelas relações de poder, pela sua formação, pela sua especificidade, pelo seu acionamento” (BLANCHOT, 1987, p. 35).

É certo que Foucault não é inimigo da razão ou de sua época, mas sim uma mente inquieta com a racionalidade ocidental. Ao investigar as ciências humanas de

⁴ Cf. (2021, p. 94).

uma perspectiva descontínua, sua filosofia tentava rastrear o momento dessas formações históricas e discursivas, entendendo-as como resultado de processos complexos na estrutura do saber. A mentalidade moderna não é um saber que se originou em determinado lugar e se desenvolveu linearmente no espaço e no tempo, mas sim algo que está sempre procurando se afirmar na sociedade e, para isso, é preciso sempre rever a si mesmo como um tipo de saber que busca determinar, nomear e dar sentido às coisas.

A complexidade de “As Palavras e as Coisas” é justamente mostrar o lugar de formação de todo e qualquer saber. E que a trajetória de um saber pode ser explicada a partir de uma investigação descontínua, nos entrecruzamentos entre diversas épocas. A arqueologia das ciências humanas desenvolvida por Foucault é, basicamente, uma história da racionalidade ocidental. Um conceito também muito importante no pensamento foucaultiano é a noção de “episteme” para definir a forma que o saber está organizado em uma determinada época.

Segundo Roberto Machado acerca da relevância do conceito de “episteme” para a filosofia de Foucault:

Episteme não é sinônimo de saber; significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* é a ordem específica do saber; a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber” (2007, p. 133).

Esse “princípio de ordenação histórica” é o que podemos entender por *episteme*. Não apenas o saber de uma época, sua mentalidade, mas aquilo que torna possível o conhecimento dentro de um contexto específico. Em “As Palavras e as Coisas”, Foucault irá estudar três *epistemes*: a do Renascimento, da Idade Clássica e da Modernidade. Não procurará fazer uma história de cada uma delas, um panorama completo sobre cada época, mas tentar entender as características e transformações de uma *episteme* para a outra. E, embora Foucault estude a passagem do Renascimento para a Idade Clássica e da Idade Clássica para a Modernidade, tal estudo não está situado em uma lógica que tende a pensar um certo progresso do conhecimento.

O foco de sua investigação é analisar o momento de passagem entre duas *epistemes* como um espaço possível de acontecimentos em história. O “princípio de ordenação histórica” que rege uma época relaciona diversas práticas e discursos em torno de seu objeto, construindo, assim, uma teia de sentido para todo o saber de uma

sociedade. Compreender as práticas, os discursos, as relações institucionais dentro de uma sociedade permite entender a forma como o pensamento se organiza em um dado momento. A mentalidade não é um reflexo de uma certa sociedade, apenas, já que em uma época convivem diversas mentalidades e formas de conhecimento. A mentalidade é algo fluido que se organiza a partir de certas possibilidades históricas, discursivas, institucionais ou não. Todos esses fatores influem na forma em que uma mentalidade é construída, fortalecida e transformada no decorrer dos tempos.

Se na *episteme* do Renascimento o saber estava organizado a partir de uma semelhança entre as palavras e as coisas, na Idade Clássica a semelhança dará lugar às representações entre o discurso e o objeto. Essa transformação não ocorre porque, de uma hora para a outra, surgiram novas perguntas e novas relações com os objetos, rompendo completamente com o pensamento anterior. Uma época não está totalmente distanciada de outra, nem o saber evolui rompendo completamente com as regras e paradigmas antigos. O que Foucault tenta mostrar é que, nas lacunas e nos lugares ainda não ocupados pelo saber, novos problemas são colocados pelo pensamento e isso torna possível as mudanças e descontinuidades.

A descontinuidade em Foucault não é uma ruptura total. Não significa que, para ele, a dispersão é mais interessante que a ordem das coisas. A contribuição da sua obra é mostrar que, por trás das grandes transformações e dos grandes eventos, há processos latentes que também influenciam a formação de uma época. O conceito de *episteme* tenta mostrar essa relação entre as formações discursivas e as possibilidades históricas de conhecimento. Foucault foi capaz de dividir a modernidade em três épocas/*epistemes* (Renascimento, Idade Clássica e Modernidade) e revelar que, no fundo, ao mesmo tempo que elas possuem diferenças entre si, suas diferenças só podem ser pensadas a partir de um lugar em comum que permite o entrecruzamento dos sistemas intelectuais.

O papel da descontinuidade nas ciências humanas não é acabar com a lógica discursiva das ciências, mas pelo contrário, realçar a sua própria estrutura e compreender sua historicidade. Foucault entende que o discurso, o saber, a verdade e a ciência não são coisas dadas no tempo, construídas sobre um percurso linear, mas fortalecidas pela história e a sua constituição atual não significa, necessariamente, o fim de um processo ou o auge de um saber, mas uma relação específica dentro de uma estrutura conceitual e filosófica. A história foucaultiana é, por assim dizer, o estudo da verdade e dos saberes no tempo. E para chegar a um nível de compreensão sobre determinado saber, é preciso entender quando ele surge e qual ruptura inaugura na

história do pensamento.

O projeto filosófico de Foucault é, nesse sentido, bastante intrigante para o estudo das ciências humanas. Se, até o momento, o pensamento histórico e filosófico se debruçava sobre a origem das coisas e a sucessão de eventos, foi Foucault quem, de maneira original e incisiva, procurou mostrar uma nova perspectiva ao encarar os eventos históricos e a relação bastante complexa entre as *epistemes*. Influenciado pelo pensamento de Canguilhem, como já vimos, Foucault insere a noção de descontinuidade em sua investigação filosófica sobre o passado e descobre, de maneira surpreendente, a complexidade das formações discursivas e a sua constituição histórica.

Seu principal objetivo, portanto, não é o de traçar uma trajetória em que se pode descobrir o ponto de início e o ponto de chegada das ciências humanas, pois a sua história não obedece, necessariamente, uma lógica progressiva de constituição enquanto uma ciência do ser humano. Por isso Foucault introduz o conceito de discurso em seus estudos, uma vez que essa noção amplia e torna possível novas análises sobre o passado. Diferentemente de uma interpretação tradicional, que entende o discurso como algo dito por alguém a partir de uma relação entre autoria e recepção, o filósofo irá atribuir novos contornos ao entendimento do discurso na história humana. Para ele “[...] as palavras têm seu *lugar* não no *tempo*, mas num *espaço* onde podem encontrar o seu local de origem, deslocar-se, voltar-se sobre si mesmas, e desenvolver lentamente toda uma curva: um espaço *tropológico*” (FOUCAULT, p. 162).

Esse “espaço tropológico” é o que podemos entender, também, como uma formação discursiva. Roberto Machado define o discurso como “um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva” (2007, p. 153). Portanto, compreender determinado discurso é entender também o seu lugar e as condições históricas relacionadas à organização de um certo saber. Essa mudança provocada por Foucault é extremamente interessante por situar o discurso em uma relação estratégica que, agora, não existe mais sozinho só porque algo foi dito por alguém em um algum lugar. O discurso, para a filosofia foucaultiana, é algo que reúne um conjunto de enunciados (aquilo que foi dito efetivamente por alguém) e que possui finalidades específicas: inaugurar um novo saber, retomar um problema, estabelecer certas regras, produzir uma noção de “verdade” na sociedade etc. Há uma relação, portanto, com o poder também, já que o discurso é aquilo que é capaz de criar e produzir novos saberes.

Ao estudar as *epistemes*, Foucault tem como objetivo entender essas “formações

discursivas” que, em cada época, demarcaram uma certa relação com o conhecimento. Se no Renascimento o saber não era ainda voltado para a finitude do homem, ou seja, o estudo do ser humano a partir de suas relações históricas (vida, trabalho e linguagem), isso se dá não porque o conhecimento era, ainda, limitado e carente de reflexões. Pelo contrário, embora fosse um saber completamente original e particular na sua maneira de se relacionar com o mundo (através da semelhança entre as coisas), sua “formação discursiva” ou o seu “espaço *tropológico*” não tornava possível, naquele contexto, aprofundar mais no interior das coisas e do ser. O saber tinha um certo limite que não permitia, ou pelo menos dificultava, uma nova relação entre o saber e as coisas.

Ainda sobre o papel do discurso para o pensamento de Foucault, Paul Veyne afirma:

“Os discursos são lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos e justificar sua dominação” (2011, p. 50-51).

Aqui percebemos, também, como Foucault tenta se distanciar do pensamento marxista, utilizando aqui uma visão mais superficial e tradicional da corrente marxista, sobre a importância do discurso nas experiências históricas. Se o marxismo tenta, em sua análise, desvendar o que um determinado discurso esconde do povo, no formato clássico da ideologia, Foucault tenta, pelo contrário, mostrar aquilo que ele revela de uma época. Para essa corrente marxista o discurso é algo dito por alguém e permeado de contradições e interesses, portanto o sujeito exerce um papel principal na lógica marxista, pois é alguém que fala e atesta uma verdade e sobrepõe os interesses da burguesia aos desejos do proletariado. Para Foucault, de outro modo, não se trata de entender o sujeito como o criador dos discursos, mas o contrário, o discurso que cria e molda os sujeitos. O discurso como uma lente que torna possível ver e conceber a realidade de determinado modo. Realidade, portanto, não escondida pelo discurso, mas produzida por uma certa formação discursiva. Essa é a principal diferença entre Foucault e a concepção clássica de ideologia segundo a corrente marxista.

É importante perceber a inovação que Foucault está fazendo na sua filosofia, pois a sua investigação está profundamente atravessada pela linguagem como estudo dos discursos. Diferentemente de uma visão que atribui a Foucault como alguém anti-histórico, percebemos que, na verdade, ele é completamente histórico. Não há análise de discurso sem história, pois todo e qualquer enunciado só é possível dentro de um espaço

e tempo determinados. Os discursos não surgem do nada, nem estão prontos desde já, mas aparecem em certos contextos e se reforçam por uma série de fatores que também são históricos. Entender esses fatores (sociais, culturais, institucionais, jurídicos, religiosos) que influenciam toda uma formação discursiva é o principal objetivo da história de Foucault.

1.3 O sujeito foucaultiano

O papel do sujeito na filosofia de Foucault é um tema bastante discutido e de suma importância para o entendimento de suas preocupações filosóficas. Apesar da sua tese de morte do homem, que é exposta no final de “As Palavras e as Coisas”, ter rendido a ele inúmeras críticas e o rótulo de “antimoderno”, como Merquior irá dizer, sua ideia é completamente interessante e afirma, mais uma vez, uma das características de toda e qualquer *episteme*: que ela é passageira e que todo “princípio de organização histórica” de uma época, um dia, deixará de existir e dará passagem a uma nova formação discursiva. Estudaremos, neste tópico, a tese de Foucault no final de seu livro e suas consequências para o estudo das ciências humanas.

A sua tese é afirmada, no final de seu livro, como uma reflexão sobre o lugar do sujeito na *episteme* da modernidade. Foucault finaliza o seu livro com as seguintes palavras:

“Uma coisa em todo o caso é certa: é que o homem não é o mais velho problema nem o mais constante que se tenha colocado ao saber humano. Tomando uma cronologia relativamente curta e um recorte geográfico restrito – a cultura europeia desde o século XVI – pode-se estar seguro de que o homem é aí uma invenção recente. Não foi em torno dele e de seus segredos que, por muito tempo, obscuramente, o saber rondou. De fato, dentre todas as mutações que afetaram o saber das coisas e de sua ordem, o saber das identidades, das diferenças, dos caracteres, das equivalências, das palavras – em suma, em meio a todos os episódios dessa profunda história do *Mesmo* – somente um, aquele que começou há um século e meio e que talvez esteja em via de se encerrar, deixou aparecer a figura do homem. E isso não constitui liberação de uma velha inquietude, passagem à consciência luminosa de uma preocupação milenar, acesso à objetividade do que, durante muito tempo, ficara preso em crenças ou em filosofias: foi o efeito de uma mudança nas disposições fundamentais do saber. O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo” (1999, p. 536).

Que o homem não é o mais velho problema e nem o mais recente na filosofia é, por assim dizer, a ideia de que o seu surgimento é datado e o seu fim algo previsível. Ao

anunciar o fim e a morte do sujeito moderno, Foucault não está dizendo que o sujeito irá desaparecer completamente no tempo e a história chegará ao seu fim. Ao investigar a história das ciências humanas, Foucault irá perceber que o estudo do ser humano enquanto objeto privilegiado do saber é algo recente. O ser humano existe há bastante tempo, obviamente, mas nem sempre foi pensando enquanto um ser antropológico e cultural. Nem sempre a filosofia buscou entender as vicissitudes do ser humano colocando-o no centro de todo o saber.

É na Modernidade (Séc. XVIII e XIX para Foucault) que teremos uma transformação na ordem saber no sentido de colocar o ser humano no centro de toda investigação e sistematização filosófica. A partir do que o filósofo irá chamar de “triângulo dos saberes”, a *episteme* moderna passou a organizar a relação com o conhecimento a partir de três eixos principais. Teremos o eixo das ciências exatas, que podemos incluir a matemática e a física. O segundo eixo será o das ciências empíricas da causalidade, onde teremos a biologia, a economia e a filologia. Por fim, teremos o eixo da reflexão filosófica, que Foucault caracteriza como sendo as analíticas da finitude. O triângulo representa uma forma geométrica de como o saber na modernidade está organizado. É nessa representação que surge o ser humano como objeto do conhecimento científico.

O surgimento do ser humano antropológico é a transformação no espaço das formações discursivas que, a partir de uma analítica da finitude, o sujeito passa a ser pensado não mais dentro de uma simples classificação dos seres vivos, como mera representação de uma taxonomia. O saber vem não apenas se alojar, mas aprofundar o conhecimento sobre a finitude do ser humano que vive, trabalha e fala. Essas três ciências (biologia, economia e filologia) surgem através de uma necessidade da *episteme* moderna de tematizar o sujeito antropológico como um ser finito. Essa teoria de Foucault mostra a fragilidade de um discurso que colocava o indivíduo no centro de toda preocupação filosófica da modernidade. Seu objetivo foi demonstrar como a preocupação sobre o ser humano apareceu muito recentemente no pensamento moderno.

E em relação ao aparecimento do ser humano na reflexão filosófica, Foucault deixa claro que não se trata de um desenvolvimento progressivo das ciências humanas até o momento em que o sujeito passou a ser pensado em sua profundidade. O filósofo trabalha sempre com a ideia de *episteme*, de formações discursivas que produzem um olhar específico sobre as coisas. Cada época, ou seja, cada *episteme* “funciona” de uma determinada maneira. Se o ser humano passa a ser pensado em sua finitude a partir do

final do século XVIII e início do XIX, não é porque alguém “fugiu da bolha” e começou a pensar o que até então nunca havia sido pensado pela filosofia. Mas, justamente, se o ser humano foi pensado de outra maneira e jogado na analítica de uma finitude é porque a nova *episteme* possibilitou um novo olhar sobre problemas antigos.

A morte do sujeito na filosofia de Foucault não se trata de uma recusa ou um abandono ao papel do sujeito na história humana. O ser humano é visto, no pensamento foucaultiano, como algo que sempre foi atravessado pelas formações discursivas e elas sendo responsáveis pela noção de sujeito que se formou em dada sociedade. Ao anunciar o fim (ou a morte) do sujeito, Foucault não está dizendo que o ser humano irá desaparecer ou tudo aquilo que sabemos sobre ele irá se perder. Apenas que, se na *episteme* moderna o homem foi tematizado de uma determinada forma, é provável que, a levar pelo percurso que o saber passou no ocidente, a formação discursiva moderna um dia se transforme em razão do aparecimento de uma nova *episteme*. E essa transformação não está ligada a um ator decisivo ou um marco importante, mas justamente as transformações inevitáveis que acontecem na ordem do saber e o aparecimento de uma nova relação epistemológica.

A importância de Foucault aqui é a de ter inserido o sujeito de outra maneira na trama histórica. Até então o sujeito era um ser que buscava encontrar a sua identidade histórica, seu sentido e seu propósito no mundo. O homem moderno com um questionador em busca de entender cada vez mais a si mesmo. Para isso recorreu à filosofia, à medicina, à psicanálise, à antropologia, à biologia etc., buscando esclarecer um pouco a ignorância herdeira da “idade das trevas”. Surge então o humanismo para tirar Deus do centro e no seu lugar impor agora a figura humana. Essa é a crença moderna de que o sujeito exerce um papel principal na sociedade ocidental.

No entanto, é isso o que Foucault está criticando em seu texto. O homem moderno do século XVI não é um sujeito que olha constantemente para si e busca entender os problemas do mundo. É apenas alguém que, desvalorizada a ideia sobrenatural do mundo e as explicações medievais sobre a vida, o homem moderno do Renascimento lança um olhar para as coisas e busca uma identificação a partir de uma semelhança. Não há, portanto, uma análise aprofundada ou um olhar que penetra nas coisas. Há apenas algo que aproxima, que busca semelhanças e a partir daí é que surge o conhecimento. Na *episteme* do Renascimento não há ainda um aprofundamento sobre a vida nem a problematização do ser humano, mas apenas um olhar sobre a superfície das coisas em busca de uma aproximação entre elas sob o elo da semelhança.

Por isso que “As Palavras e as Coisas” segue um livro enigmático, pois a proposta de Foucault é completamente subversiva e inovadora do ponto de vista epistemológico. No lugar de concordar com a filosofia clássica e mostrar a centralidade do homem moderno, ele faz completamente o contrário: pensa a historicidade do ser humano e o papel da cultura na produção das subjetividades. A cultura para Foucault está inserida dentro de uma dinâmica complexa que relaciona diversos fatores na elaboração de um sistema de pensamento. Assim, a *episteme* do Renascimento não se explica por si só, não foi uma mentalidade elaborada por um grupo de intelectuais e difundida para o restante da sociedade transformando, gradualmente, a forma de pensar de uma determinada sociedade.

Ao retirar a centralidade do ser humano, percebemos como que ele, a partir de agora, não detém tanta influência assim na sistematização do pensamento de uma época. Isso porque, da forma que coloca Foucault, não é o ser humano que cria para si a sua subjetividade e possui domínio sob a própria mentalidade e a de sua época. O sujeito é, de acordo com o pensamento foucaultiano, atravessado por relações de poder e discursivas que constituem, de maneira complexa, as possibilidades históricas do saber sobre si e o mundo. Essa mudança de foco realizada por sua filosofia não significa, contudo, jogar o sujeito de lado, dizer que ele pouco importa e que no fundo tudo se trata de poder e discurso.

Sobre a transformação que Foucault está fazendo, podemos dizer que sua contribuição não foi tirar o sujeito do centro da reflexão filosófica, mas justamente inseri-lo em um contexto mais amplo envolvendo diversos fatores que atuam junto na construção de uma subjetividade específica. E não é possível compreender esses fatores a partir apenas de uma análise cultural, ou seja, uma reflexão destinada a entender um certo comportamento, suas origens e evolução histórica. A análise de Foucault busca ir além dessas questões, inserindo determinada prática como resultado de dinâmicas específicas de poder e saber. Foucault não quer chegar, portanto, a um entendimento sobre a cultura de um grupo ou sociedade, mas o motivo de determinado comportamento ter prevalecido e outros não. O motivo de uma cultura incluir certos comportamentos e excluir outros. As razões de, no interior de uma sociedade, algo ser visto e aceito como certo e verdadeiro e, por outro lado, certos comportamentos serem tratados como subversivos, estranhos e anormais.

O que está em jogo quando observamos o papel do sujeito no pensamento foucaultiano é justamente essas questões que atravessam e constituem um lugar

específico ao ser humano na história do pensamento. Não há, e isso Foucault está tentando deixar claro em suas obras, um sujeito universal que evolui historicamente e busca dar sentido a tudo aquilo que está a sua volta. Ele próprio é, no interior de uma cultura, produzido e levado aos seus limites por diversos saberes que buscam dar uma resposta à pergunta “O que é o ser humano?”. A ciência médica, filosofia, política, psicologia, religião, instituições jurídicas etc., são áreas do conhecimento que lançam um olhar sobre o ser humano e produzem uma certa visibilidade sobre o que somos. E essa visibilidade produzida está atravessada por relações de poder e saber.

Portanto, o sujeito histórico de Foucault é uma produção cultural. Não tem finalidade específica e nem destino certo, é apenas um alvo da dinâmica cultural das sociedades que busca sempre atingir um grau de verdade sobre o ser humano. Essa “verdade”, no entanto, está profundamente relacionada a um interesse de produzir uma subjetividade específica na modernidade. Em “História da Sexualidade”, Foucault critica o que ele irá chamar de “hipótese repressiva”, um termo que busca dizer que, no capitalismo, a sexualidade humana foi completamente reprimida para não afetar o ritmo da produção. Segundo Foucault, percebemos o contrário, o ser humano se tornou um “ser confidente” que é constantemente estimulado a falar sobre si e sobre os desvios sexuais. Esse falar estava regulado por estratégias específicas de poder, pois não se podia falar abertamente para qualquer pessoa, mas apenas a quem possuía o direito de escutar e lidar com essa proliferação de discursos: a Igreja e, posteriormente, a instituição médica.

Assim, com esse emaranhado de discursos sobre a sexualidade, a Igreja e a medicina conseguiram instituir uma “verdade” sobre o sexo e delimitar as suas possibilidades históricas. Foucault conclui que na modernidade não houve uma repressão incisiva sobre a sexualidade, mas pelo contrário, ela foi instigada a partir de certas regras e condições. Com isso se criou uma certa subjetividade, o ser humano pensado a partir de um “dispositivo da sexualidade” que articula poder e saber na elaboração de uma cultura. Esse exemplo mostra como se dá a produção do sujeito na dinâmica das sociedades. O ser humano não é algo neutro e nem totalmente independente, mas um alvo em que se direciona diversos saberes com o objetivo específico de criar certas visibilidades.⁵

⁵ O que Foucault está afirmando é que o sujeito não é uma categoria universal e irreduzível no tempo. Sua definição só pode ser percebida dentro de relações específicas de saber, cuja história é capaz de revelar as sucessivas transformações do “sujeito” ocidental. No que diz respeito a essa discussão, é pertinente citar a

Ao anunciar a “morte do homem”, Foucault não está pretendendo acabar com a noção de sujeito e sua relevância histórica. Em “As Palavras e as Coisas”, sua filosofia esteve preocupada em demonstrar a descontinuidade das ciências humanas e o surgimento do sujeito antropológico na reflexão filosófica. E, se a sua invenção é recente, como ele mesmo afirma, o seu fim também pode estar próximo. A *episteme* da modernidade, da qual o sujeito antropológico faz parte, é apenas um capítulo das ciências humanas, cuja “evolução” perpassa uma complexa dinâmica cultural. A “morte do homem” sinaliza não o fim do sujeito, mas o fim previsível de uma formação discursiva e o surgimento de outra, inaugurando assim uma nova, mas não completamente nova, rede discursiva que toma o sujeito a partir de procedimentos específicos do saber.

1.4 Descontinuidade e história

De que maneira, portanto, o conceito de descontinuidade influenciou os trabalhos de Foucault? Ou, do mesmo modo, qual a real relação e relevância dessa noção para os seus trabalhos? É certo que, ao longo da sua produção intelectual, é marcante a presença de uma perspectiva “descontínua” sobre a história humana. E o que significa essa perspectiva? Qual sua contribuição para a historiografia? Tentaremos dar algumas respostas a essas perguntas nas páginas a seguir.

Já percebemos que, se Foucault segue por essa perspectiva e busca produzir uma história nova, ou no mínimo diferente, ele é devedor da tradição filosófica francesa, sobretudo Canguilhem, que também realçou o papel da descontinuidade em seus trabalhos. Embora essa abordagem não esteja surgindo com Foucault, ainda assim há uma originalidade do filósofo por tê-lo introduzido e adaptado à pesquisa histórica. E suas obras evidenciam as possibilidades criadas a partir das análises guiadas por essa perspectiva.

As duas obras de Foucault em que o termo “história” está no título, isto é, “História da loucura” e “História da sexualidade”, são estudos primorosos sobre o passado humano a partir dessa perspectiva característica do autor. Nelas há um interesse em compreender a racionalidade ocidental e sua relação seja com a loucura, em sua

contribuição do artigo de Elias Palti intitulado “The “Return of the Subject” As a Historico-Intellectual Problem” (2004, p. 57-82). Nele há uma análise bastante rica sobre a noção de sujeito e a sua condição histórica.

própria constituição histórica, ou com a sexualidade, a partir de dispositivos modernos de regulamentação. Partindo dessa premissa, Foucault vai em busca de momentos históricos importantes de afirmação ou mudança de discursos ou “verdades” sobre o tema.

O primeiro elemento da descontinuidade em Foucault, portanto, é esta: a história está em busca não de um progresso racional, mas da constituição histórica do que entendemos como nossa racionalidade. Ou seja, o estudo de Foucault investiga o passado ignorando a hipótese de encontrar, na loucura ou na sexualidade, um progresso humano, uma maneira nova e melhor de conceber de se relacionar com esses temas. Pelo contrário, suas obras deixam claro que não há uma linha evolutiva na história, mas conjunto de relações transitórias que determinam, em diferentes contextos, a maneira de ver e dizer as coisas. Sendo assim, tanto a loucura como a sexualidade são uma invenção e a sua história conta não um progresso, mas suas intermináveis mudanças, ou melhor, das mudanças do ser humano em relação ao que é diferente.

Desse modo, afirma Foucault que “nunca a psicologia poderá dizer a verdade sobre a loucura, já que é esta que detém a verdade da psicologia” (1975, p. 60). A citação mencionada deixa claro o que foi discutido acima, isto é, a profunda relação dos discursos e o ideal de “verdade” de uma sociedade que torna possível o aparecimento de formas específicas do saber. A história de Foucault é a narrativa que busca conciliar as diferentes formas enunciativas de poder e sua relação com a produção de saberes. Toda verdade, toda racionalidade está essencialmente ligada ao contexto histórico e social de sua produção, pois não há nenhum saber que exista sem levar em consideração o espaço em que ele próprio pode se inserir e se afirmar.

Ora, quando Foucault afirma que a psicologia não detém a verdade sobre a loucura, mas o contrário, ou seja, é a loucura que possui o segredo da psicologia, o filósofo nos leva a refletir sobre o papel da psicologia na produção das formas da loucura na modernidade. Essas formas, ou seja, as maneiras de se entender e falar sobre a loucura se transformam ao longo do tempo, cuja história de Foucault tenta investigar as condições que garantiram um determinado status para a loucura em suas diferentes fases históricas. A “História da Loucura” é, portanto, um estudo investigativo sobre a razão e sua relação com o diferente, que será visto, na modernidade, como expressão da loucura.

Percebemos que a história de Foucault é uma história que se situa no estudo da diferença, da mudança, da ruptura das formas de ver e dizer o real. É através do estudo

das diferenças que ele consegue perceber, no Ocidente, o surgimento de um comportamento que busca ser homogêneo, normal, do discurso que busca se afirmar e excluir aquilo que foge ao que está estabelecido na sociedade. Sua investigação está preocupada em entender o seu próprio lugar, isto é, o Ocidente, e como ele produziu discursos e pretensas verdades sobre a sociedade, a loucura, a sexualidade, a criminalidade e outras formas sociais.

Assim, conforme afirma o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Também a História, embora possa parecer, às vezes, homogênea, contínua, habitada pela semelhança, pela repetição, pelo mesmo, é trabalhada por dentro pela diferença, pela heterogeneidade, pela descontinuidade, pela justaposição de elementos, por relações, por eventos de distintas características (2019 p. 36).

A posição de Durval vem corroborar com o que já exploramos aqui, ou seja, o sentido de uma história que busque a explicação para as mudanças históricas, situando-as numa relação complexa em que diversos fatores influenciam e determinam o acontecimento. Fatores esses que podem ser os discursos, as leis, as instituições, os códigos de conduta, a própria ciência, a medicina etc. São elementos que não existem isoladamente no tempo, mas que estão profundamente relacionados, seja no sentido de um fortalecer o outro, ou no propósito comum de produzir um conhecimento que se pretende verdadeiro.

Essa é, portanto, uma segunda característica da descontinuidade em Foucault. Na investigação sobre as mudanças históricas, o filósofo entende que não há só passagens de períodos, mas mudanças de discursos, formas de ver e dizer o sentido das coisas. Por isso é importante, em sua obra, o papel dos discursos e dos dispositivos (leis, instituições, códigos de conduta) na reflexão histórica sobre a nossa sociedade. Há mudanças que não seguem um sucessão, tampouco significam um progresso em relação ao passado, mas simplesmente inauguram uma nova configuração do saber na cultura.

A sociedade não apenas produz a cultura, mas é produzida por ela constantemente. Foucault é, portanto, um historiador da cultura, de suas dinâmicas e das relações de poder no interior dessa mesma cultura. Para isso, confere um valor importante para os discursos e seu papel na configuração do saber. Eles são analisados e pensados em sua dinâmica, na medida em que estão em constante elaboração e transformação histórica. Não o discurso a partir daquele que diz e do que foi dito, mas ele segundo sua própria condição de existir, os embates em busca de produzir um saber “verdadeiro” e as relações de poder que marcam esses embates.

A sua história, desse modo, valoriza os diferentes documentos herdados do passado na construção de um olhar histórico. O século XX, no campo da história, é um período bastante profícuo nas discussões sobre as fontes e os métodos na produção historiográfica. Desde o século XIX, quando a história se torna ciência e reivindica a sua independência em relação as demais ciências, seus objetivos, métodos e documentos são constantemente revisitados no sentido de tornar a escrita da história, cada vez mais, científica e fidedigna ao passado. Se o passado não existe mais, nem poderá vir a existir novamente, ao menos ele tem a possibilidade de falar uma última vez através de seus vestígios no presente.

É fato que, desde Tucídides e Heródoto, a história se torna um campo específico de conhecimento sobre o passado, rompendo, dessa forma, com a visão mítica sobre a história humana em que os fatos eram explicados a partir de uma forte intervenção divina. A história se torna, com os dois historiadores, conhecidos também por ser os dois primeiros a ter uma visão mais factual do passado, uma narrativa que se apoia em testemunhos para dar maior credibilidade ao seu discurso. E assim as fontes, que em um primeiro momento ainda são limitadas, vão se tornar a matéria sobre a qual repousa a narrativa histórica, cuja plausibilidade depende da presença dos documentos que atestam aquilo que é dito pelo historiador.

Conforme afirma o historiador Jacques Le Goff, “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (2013, p. 495). Essa frase de Le Goff é importante pois demonstra a condição do documento, que além de simples arquivo sobrevivente no tempo é também um material produzido pela sociedade e pelas relações de poder que a sustentam. Todo documento é, por assim dizer, uma construção social e cultural cujo olhar atento do historiador é capaz de revelar as vicissitudes ali presentes.

Não basta, porém, a existência de fontes se o historiador mantém uma posição inerte diante delas. O fato de existir muitas fontes sobre guerra, seja ela qual for, não significa que esse passado está, a partir disso, mais vivo e inquietante que qualquer outro evento ou período. Os documentos não bastam caso o historiador não os interrogue corretamente e os faça falar, revelar as intempéries do evento ao qual eles estão profundamente relacionados. É o olhar atento e investigativo do historiador que torna a sua fonte um testemunho legítimo e significativo sobre o passado.

Se a reflexão sobre as fontes e os métodos em história existem já há bastante tempo, desde a antiguidade, é na passagem para o século XX que se observa, após a

cientificização da história, uma discussão cada vez mais presente e sistemática sobre os objetivos e pressupostos da narrativa histórica. Foucault é, dessa forma, um dos pensadores que se situa no campo de intelectuais que contribuíram para a escrita da história, embora ele nunca tivesse como propósito desenvolver uma teoria e sistematização sobre o que seria ou deveria ser a disciplina de história. Sua obra e toda a sua relevância é a real contribuição de seu pensamento para a historiografia.

Ao buscar uma pretensa “descontinuidade” em suas obras de história, ou em que medida esse conceito influencia o seu olhar sobre o passado, é preciso ter em mente, em primeiro lugar, que não se trata de um termo amplamente discutido em sua obra. O que se pode encontrar, em suas obras explicitamente históricas “História da Loucura” e “História da Sexualidade”, como também o importante livro “As Palavras e as Coisas”, são algumas menções, breves passagens sobre o que seria a descontinuidade para ele. No entanto, ainda que não haja uma real sistematização sobre esse conceito, é possível interpretar, sobretudo a partir das obras mencionadas, as bases do que podemos chamar de uma “história da descontinuidade”.

Além dos elementos já citados acima, destaca-se, em sua escrita da história, o papel da mudança, dos limiares e das passagens em que é possível vislumbrar o acontecimento. O historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva afirma que a história de Foucault se situa sobre um paradoxo e é a partir da fronteira que se dá a sua compreensão histórica. Vejamos a literalidade de seu texto:

O passado é multiplicidade disciplinada pela via da valorização do gesto, do acontecimento e da diferença. Mas isso só é possível pelo saber da fronteira: limites ultrapassados, passagens mapeadas, extremos valorizados e invertidos[...]Uma História do paradoxo: formação de saber e majoração de poder. História da punição que vira vigilância, dos castigos gerais para os “mesmos”, da requalificação do sujeito como treinamento de criminoso, da generalidade não da consciência universal liberadora, mas da extensão da regra simples (2021, p. 217).

Em “Vigiar e Punir”, obra de 1975, Foucault estuda a passagem da punição para a vigilância, entendendo que não se trata de um progresso humanitário, mas de uma ruptura entre as formas de punição, de um poder capaz de matar, para uma forma diferente, caracterizada pela vigilância e por um poder completamente novo, não mais direcionado para a morte, mas para a disciplina e controle. A arquitetura do poder também se transforma, pois as prisões seguem um modelo novo responsável por criar novas formas de organização e subjetivação.

No lugar de fazer uma história das mudanças no modo em que o criminoso foi

tratado pela sociedade, ou seja, de estabelecer uma certa continuidade entre a origem do criminoso no Ocidente e seu atual lugar na sociedade, Foucault vai além e produz uma filosofia que busca entender a própria condição de ser do criminoso em uma sociedade que segue tais princípios e produzem certos discursos. Ele não quer produzir uma história no sentido de contar a sua origem e seu desenvolvimento gradual, mas de recortar os momentos importantes de ruptura em que um novo saber foi possível. Por isso que sua história está no plano da descontinuidade e não no da continuidade, pois ele ignora qualquer forma de progresso linear na história e a hipótese de que a sociedade está sempre evoluindo.

Aí encontramos, no entanto, o paradoxo citado por Sérgio. Mesmo que a obra de Foucault valorize as rupturas, as fronteiras, os momentos de passagem, ainda assim ele permanece também no plano de uma continuidade histórica. As sociedades humanas estão em um constante processo de transformação, desde os homens da caverna até a inteligência artificial. O papel da história, na medida em que estuda as sociedades humanas, produz um relato de seus progressos, de suas rupturas, de seus atrasos, cuja sucessão dos tempos pressupõe, em certa medida, uma continuidade do tempo. O próprio Marc Bloch dizia ser o papel da história uma “ciência dos homens no tempo” (2001 p. 67).

Não há que se falar que ao valorizar a descontinuidade Foucault ignora por completo que a narrativa histórica seja, também, um relato das sucessivas transformações da humanidade. Que por trás das rupturas e mudanças existe também uma trajetória cuja história tem se mostrado, no Ocidente, uma aventura repleta de progressos e retrocessos. O filósofo não nega, por completo, a noção de um possível progresso da história humana, mas o insere em uma lógica não evolutiva, mas descontínua. A genialidade de Foucault, portanto, foi ter pensado a história a partir de estratégias, de disputas em torno da “verdade” e como essas disputas determinam relações específicas de saber.

Ao concluir sua pesquisa, o filósofo não alcança, e jamais foi seu intuito, um entendimento geral sobre o seu tema, tampouco produz uma história no sentido de contar sua origem e suas sucessivas transformações com o passar do tempo. Não é seu objetivo produzir uma visão geral sobre a loucura ou a sexualidade, mas especificar certas relações e investigar a sua condição de possibilidade. Sua filosofia e história não está no plano do que é geral, mas naquilo que é específico e situado em um determinado momento. Não se trata de longos períodos, mas de recortes traçados a partir de

problemas bem estruturados e investigados com uma abordagem metodológica robusta e coerente com o tema em destaque.

Desse modo, embora possamos perceber um paradoxo em sua escrita da história, isso deixa claro como Foucault foi, no âmbito da pesquisa histórica, um autor de muita complexidade. Influenciado em certa medida pelas discussões historiográficas do século XX, o filósofo realizou, a seu modo, o que podemos entender como uma história dos modos de subjetivação no Ocidente. Por meio da loucura, da sexualidade e da criminalidade, ele buscou entender como o ser humano esteve em constante processo de produção pelo próprio saber: indivíduos que fogem à norma, seja como o homem louco, delinquente ou devasso, são alvos de discursos que produzem o seu lugar e a sua condição social.

Na medida em que o sujeito e os temas correlatos a sua existência estão em constante processo de produção, cabe a história, a partir dos discursos e dos dispositivos produtores de saber, investigar a condição de possibilidade em que certas práticas passam a existir, assim como também os seus impactos na gestão e organização da sociedade. A mudança da punição para a vigilância demonstra não apenas uma transformação no pensamento criminal, mas a produção de um espaço de delinquência em que as condutas criminosas serão distribuídas e classificadas a partir de critérios específicos de saber e poder. A prisão é a arquitetura do poder em que a delinquência não é reprimida, mas trabalhada.

Assim, como se vê, a descontinuidade não significa uma fragmentação do passado, em que tudo está disperso e isolado no tempo, sem qualquer tipo de relação com os tempos precedentes e futuros. Pelo contrário, os diferentes tempos se conectam sempre de alguma maneira, pois não há qualquer período do tempo em que os saberes se constituem sem levar em consideração as influências positivas ou negativas das diversas experiências humanas. Vejamos o exemplo da Idade Média, que no Renascimento foi pejorativamente chamada de “idade das trevas” e tendo como característica um período de obscuridade e pouca inovação.

Jacques Le Goff, importante medievalista e crítico desse conceito, defendia uma Idade Média completamente diferente. Ele demonstrou que, se de fato a Igreja possuía muita influência e controle sobre a cultura, isso não quer dizer que o período medieval foi apenas uma época de submissão e religiosidade. Também foi o período da Escolástica, do alvorecer das universidades e de fortes discussões filosóficas. Além de que, durante todo o período medieval, a Antiguidade não estava completamente

esquecida e soterrada pelos novos tempos. A filosofia antiga, especialmente através de Platão e Aristóteles, continuaram a influenciar o pensamento medieval, embora a leitura da Igreja fosse completamente viciada, isto é, marcada pelo interesse de encontrar nos escritos antigos uma justificação e legitimação da fé cristã.

O importante aqui é perceber o seguinte: não há, apesar das diferenças históricas de cada período, experiências humanas que estejam isoladas no tempo, que nada dizem respeito às influências externas ao seu tempo. Voltando ao exemplo da Idade Média, ela não é um período completamente diferente dos demais, tampouco uma fase intermediária do progresso humano, mas um contexto em que prevaleceu certas relações culturais sob um regime específico de saber. E por “regime específico de saber”, entendemos a forma em que todo o saber está organizado, seus princípios, objetivos e condições sobre as quais toda uma cultura está alicerçada.

Esse é o paradoxo criado pelo pensamento de Foucault. Os diferentes eventos se interligam de alguma maneira e produzem o que conhecemos como a narrativa da história humana. Diferentemente do que entendia alguns filósofos do século XVIII e XIX, a história como um progresso, uma perspectiva teleológica, a história de Foucault é a antítese dessa corrente, pois ignora qualquer pretensão de que a humanidade esteja em uma marcha com destino a sua plena realização e consagração. Por isso ele foi associado, na maioria das vezes, como um pensador da dispersão, da mudança e da diferença, pois suas análises buscam entender o papel das mudanças na configuração histórica do Ocidente.

Podemos afirmar, com isso, que a descontinuidade em seu pensamento não é algo tão misterioso e problemático assim. Não significa uma fragmentação do passado e tampouco uma crítica radical ao fato de que a história humana está ligada a uma certa continuidade de sua evolução. Vale destacar, porém, que essa continuidade não significa uma linha evolutiva e progressiva da história, que a humanidade e as coisas evoluíram do mais básico para o mais avançado sempre em formato crescente. Pelo contrário, se há uma evolução e uma continuidade, ela se dá de maneira turbulenta e problemática, em que as coisas se transformam sempre a partir de suas dinâmicas internas e externas, cuja cultura e sociedade são as referências de possibilidade para toda e qualquer mudança.

A história ganha, com isso, novas dimensões de análise e estudo do passado. Sem procurar esgotar um período e contar toda a história de um tema, é possível agora recortá-lo, investigar o tema e encontrar as relações mais profundas que constituem

aquele problema. Com isso, o período deixa de ser um mero dado, um recorte qualquer em que a sociedade irá se alojar para se tornar, de maneira mais complexa, um espaço em que a própria sociedade é produzida constantemente a partir das condições criadas pelo conjunto de relações fortalecidas dentro de um recorte específico.

A historiografia atual foi, de um modo ou de outro, impactada pelo pensamento de Foucault, uma vez que o passado passou a ser interpretado a partir de novas categorias e abordagens a partir da obra do filósofo. Sua história ajudou também a desnaturalizar temas que haviam conquistado o status de “verdade” e saber consolidado. Seu empreendimento nos ensina que a verdade sempre foi um alvo constante de disputa, pois quem detém a verdade possui também um tipo de poder sobre a sociedade. O que chamamos de “verdade”, contudo, não passa de relações entre poder e saber que determinam aquilo que será aceito como verdade em uma determinada sociedade e em um tempo específico.

Não há, portanto, “verdade” em sentido estrito, mas pretensões de verdade, discursos que se legitimam como um saber verdadeiro a partir de condições específicas que são produzidas por uma sociedade em um determinado período. Essa é, por exemplo, a originalidade de Foucault em seus livros, pois faz um relato das transformações históricas em busca de compreender não a sua busca pela verdade, mas a sua constituição que não cessa de mudar. Em “História da Loucura” fica claro isso quando o filósofo apresenta diferentes “regimes” ou modos pelos quais a loucura foi percebida e apreendida pelos discursos.

Nota-se que sua investigação histórica é, acima de tudo, uma investigação sobre a “verdade”, a razão ocidental e dos diversos discursos que legitimaram certas práticas ou inauguraram novas disposições do saber. É um olhar atento sobre si mesmo, sobre como o Ocidente produziu diversas formas de saber ao longo do tempo. A fronteira entre a loucura e a sanidade, a mudança da punição para a vigilância, o interesse crescente pela população e seus elementos medidores de natalidade, segurança etc. Formas de racionalidade que, na análise de Foucault, estão inseridas dentro de um espaço comum de possibilidade e produção de “verdades”, cuja história se torna uma ferramenta de suma importância para compreensão e reflexão dessas racionalidades e suas sucessivas transformações.

Cabe ressaltar, portanto, que a descontinuidade em Foucault não significa uma fragmentação do passado, tampouco uma dispersão completa dos períodos. Pelo contrário, significa uma nova dimensão de análise e compreensão histórica, em que o

passado é investigado a partir de problemas e situações específicas, de modo que o historiador deverá ter uma atenção maior às relações que são constituídas no período em destaque. Não se trata apenas de determinar o objeto e conceituá-lo, mas entender, acima de tudo, como ele se apresenta em um determinado período, como os discursos e a ciência tratam o objeto em questão e dão forma e existência a ele. Isto é, como o objeto é produzido discursivamente em um determinado período e a partir de quais condições ele se torna visível para aquela sociedade.

Se afirmamos, portanto, que há algumas contribuições de Foucault para o campo historiográfico, é nesses termos que elas devem ser pensadas. Uma história que percorre as camadas do passado no sentido de encontrar um espaço em comum em que as coisas acontecem, se encontram e também se transformam. Sua história é também uma narrativa sobre os modos de subjetivação no ocidente, ou seja, um estudo sobre o sujeito e como ele foi constantemente atravessado e constituído pelas relações discursivas. Para realizar esse empreendimento, utilizou-se de uma abordagem diferente em relação aos documentos e propôs novos problemas à pesquisa histórica.

O resultado desse empreendimento é sua monumental obra que continua a influenciar os historiadores do século XXI. É verdade, como já foi possível perceber, que muitos conceitos e reflexões não nascem em Foucault, como a própria noção de descontinuidade, mas atingem um grau de maturidade importante em sua filosofia. O conceito que discutimos aqui se relaciona com a nossa pesquisa na medida em que ele proporciona uma compreensão melhor sobre o tipo de história realizada por Foucault. Com isso, será possível entender melhor suas contribuições para a pesquisa em história

2. AS IMPLICAÇÕES DE UMA HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA

Neste capítulo, teremos como objetivo investigar as contribuições de uma “história arqueológica” para a narrativa histórica e os procedimentos necessários à pesquisa científica de acordo com o modelo proposto por Foucault. Cabe salientar, no entanto, que o filósofo não estava interessado, necessariamente, em construir um arcabouço teórico e novos modelos para a história com regras e métodos rígidos. Seu pensamento está guiado por uma inquietação que, podemos dizer, faz referência ao pensamento crítico filosófico do século XIX, sobretudo através de Nietzsche. A crítica a uma “história monumental”, isto é, voltada para os grandes nomes, embora já presente no pensamento nietzschiano, é levado adiante pelas obras de Foucault.

Se ele não era historiador, academicamente falando, isto é, se formou e doutorou-se em filosofia, isso não invalida o seu pensamento e tampouco descredibiliza a sua crítica no âmbito da história. Na verdade, isso torna o debate mais interessante, pois demonstra como a problemática de uma história contada ultrapassa os limites da ciência histórica e mobiliza também o pensamento filosófico no sentido de compreender e buscar um sentido para o que é narrado sobre as sociedades humanas. Foucault era, e

suas obras atestam isso, um historiador completamente fiel ao rigor metodológico próprio da ciência histórica.

Para compreender o sentido de uma “história arqueológica”, é preciso levar em conta não os seus métodos e regras, como se se tratasse de uma nova teoria que caberia aos historiadores seguir ou não. É preciso entender que a história é, em essência, arqueológica, pois os fatos não estão dados ao historiador e já pré-selecionados, mas é uma atividade de escavação, de busca e de sentido que é dado aos vestígios por aquele que os analisa. Dessa forma, todo historiador é também um arqueólogo, alguém que escava e investiga os vestígios do passado.

Ao se tornar ciência, no século XIX, a história reivindicou um espaço próprio nas ciências humanas como um conhecimento que se pretende ao verdadeiro, que utiliza métodos e procedimentos específicos de análise e formação de um saber histórico. Assim, a história se distanciou das outras áreas e buscou se afirmar enquanto um discurso confiável sobre o passado. A escrita da história se torna um ofício de historiadores que, ao investigar o passado das sociedades humanas, recorrem a métodos próprios da ciência histórica e buscam produzir uma imagem plausível sobre o que aconteceu. Essa imagem deve estar associada com o que as fontes e os documentos atestam, não podendo o historiador inventar ou dizer além do que os documentos permitem dizer. É um trabalho que está, de acordo com essa perspectiva, essencialmente ligado aos documentos históricos, não podendo sem eles lograr êxito.

O historiador se torna alguém responsável por organizar, selecionar e analisar os documentos buscando dar sentido a eles a partir de sua escrita. O passado, na medida em que está distante do historiador, continua a existir para ele através dos vestígios deixados pela sociedade. As moedas, os tratados, as roupas, os documentos oficiais, os filmes etc., tudo isso é capaz de dizer algo sobre a sociedade que os produziu. O papel do historiador não é o de olhar e ler os documentos buscando unicamente resgatar a verdade contida no objeto investigado. Pelo contrário, o ofício do historiador consiste em tratar seu objeto a partir de uma problemática, situá-lo em um contexto específico e buscar nas fontes uma explicação para o problema que se busca compreender. As fontes não dizem, portanto, mas é o historiador que as faz falar.

Essa é uma discussão que está sendo colocada, mesmo que ainda de maneira modesta pelo pensamento do século XIX, sobre os procedimentos da ciência histórica, que passa a ganhar mais profundidade no século XX com a escola dos Annales e posteriormente também com Foucault. A história arqueológica de Foucault está

inserida, desse modo, dentro de um contexto de forte crítica e reflexão sobre os procedimentos da narrativa histórica e tem como objetivo principal, podemos dizer, levar adiante a tese de uma “história problema” e ampliar a noção de documento na escrita da história. As suas obras são exemplos de como a arqueologia é capaz de produzir novas abordagens e percepções sobre o passado humano, direcionadas sempre a partir de problematizações que guiam o trabalho do historiador na busca de compreender o ser humano e sua história.

Desse modo, teremos como objetivo, nos tópicos a seguir, discorrer acerca do que seria uma história arqueológica e as suas principais consequências para a historiografia, já que Foucault amplia, em vários aspectos, o campo de visão dos historiadores interessados em produzir uma história cada vez mais sensível e atenta aos mais diversos indícios do passado.

2.1 A arqueologia e a história

A História é, enquanto disciplina e ciência, um campo responsável por produzir um discurso sobre o passado. Podemos dizer, assim, que a história é essencialmente discurso. Não apenas um discurso, mas narrativas que se sobrepõem, entram em conflito, corroboram um ao outro, produzem certas percepções e entendimentos sobre o passado humano. É o olhar do presente direcionado a um passado já quase esquecido, evaporado com o tempo, mas ligado ainda ao presente por meio de seus vestígios que podem ser materiais ou imateriais. O historiador é quem, por excelência, consegue estabelecer esse contato do passado com o presente e produzir um discurso sério e científico sobre a evolução das sociedades humanas.

Esse discurso, no entanto, não se equipara a qualquer outro discurso, como acontece na sociedade de leigos discutirem e tentarem promover uma visão pessoal para o passado humano. O discurso histórico é científico e não está mediado por opiniões pessoais, mas por fontes e documentos históricos. São eles que permitem que se fale sobre determinado recorte e assunto. Não é que na ciência não tenha uma certa sensibilidade do historiador, que analisa e investiga os documentos, mas que o seu discurso busca se aproximar de um certo grau de objetividade ao relato, reivindicando, assim, a sua especificidade no campo das ciências.

O procedimento arqueológico, portanto, busca inserir uma nova abordagem em

relação ao estudo do passado humano. A metáfora é boa, pois mostra a proximidade do historiador com o arqueólogo. O historiador, assim como o arqueólogo, deve ser alguém que busca os indícios, que escava as camadas do passado para encontrar pequenos vestígios que, isoladamente podem não reproduzir uma visão ampla do objeto, mas são indícios que sedimentam o caminho para novas descobertas e conexões com outros vestígios. Os indícios estão dispersos e não dizem nada por si só. O historiador, portanto, também é alguém que escava, que encontra documentos isolados e aparentemente sem significado algum. Historiador e arqueológico possuem a mesma função: encontrar vestígios dispostos aleatoriamente e procurar, através de perguntas e análises, estabelecer conexões e produzir uma representação para aquilo que, embora não exista mais, é passível de ser resgatado em forma de representação.

Vejamos o que Foucault diz, em sua obra “A Arqueologia do Saber”, sobre as razões de uma história arqueológica:

E, assim, o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (2020, p. 6).

O problema de uma história arqueológica, portanto, não é e não deve ser o de buscar uma origem que explique os fenômenos. Não se deve buscar, na sucessão dos tempos, um caminho que ajude a percorrer o passado e descobrir as evoluções de uma instituição, de um saber, de uma cultura etc. A arqueologia de Foucault não conta o progresso de algo, mas a sua constituição histórica e os fatores influentes desse processo. Essa é uma grande novidade da arqueologia foucaultiana, pois rompe com o pensamento continuísta da história e busca inserir, como ele mesmo fez em suas obras, uma abordagem problemática do passado e de sua relação com novos temas, que ele chamará de dispositivos, como os discursos, as leis, as instituições e o poder.

A arqueologia é, portanto, não apenas uma nova maneira de escrever a história, mas também a preocupação de refletir sobre o tipo de história que é escrita. Se escrevo sobre um determinado passado e utilizo determinadas fontes, é necessário refletir sobre quais são os jogos de poder por trás da narrativa que está sendo contada. Em “Vigiar e

Punir”, obra de Foucault publicada em 1975, o filósofo faz uma história do sistema penal para mostrar não apenas uma evolução dos modelos de cárcere e punição, mas mostra também as transformações que levaram o criminoso e desviante a se inserir em um outro ponto de contato com o poder.

O projeto de Jeremy Bentham para uma prisão foi estudado por Foucault e percebido como uma engenhosa transformação no modo como o criminoso se relaciona com o poder. Antes, tortura e morte para o desviante. Após Bentham, uma longa vigilância dos corpos e das vidas daqueles que, de uma maneira ou de outra, foram inseridos na estratégia institucional das prisões. O fim da tortura não marca um progresso do sistema prisional e nem o desenvolvimento de um pensamento humanístico nos legisladores, mas uma nova possibilidade de criar mecanismos de controle e disciplina social. A prisão é o começo dessa transformação que, posteriormente, estará presente nas demais instituições como a própria escola. As regras, a vigilância constante, o medo, a disciplina são sintomas de uma sociedade marcada pelo que Foucault irá chamar de biopoder.

No estudo realizado sobre o sistema criminal e o biopoder, o filósofo observa, além do projeto arquitetônico de Bentham, também uma transformação no que irá chamar de um “fazer morrer” para o “fazer viver” (2010, p. 202). O “fazer morrer” era um mecanismo do poder soberano sobre os seus súditos, que poderiam ser punidos com a tortura e a morte em caso de desvio às normas impostas pelo rei. Assim, corpo era alvo de um poder autoritário responsável por fazer morrer todos aqueles que cometem crimes e desrespeitam a autoridade máxima do rei. Era um poder, como se observa, vertical, pois ele está concentrado na mão do soberano e direcionado a pessoas específicas com o fim de punir de forma autoritária e violenta.

Na medida em que a sociedade passa por algumas transformações no século XVIII e XIX, como a reforma prisional de Bentham, o corpo e a vida são inseridos em uma nova lógica do poder. Não mais o poder soberano de “fazer morrer”, mas estratégias que tomam a vida a partir de um mecanismo responsável por “fazer viver”, isto é, a vida é incentivada e regulamentada a partir de certos padrões produzidos a partir de uma relação entre saber e poder. O corpo se torna agora não mais alvo de um poder soberano que o atravessa e dilacera, mas que o observa e produz uma visibilidade sobre si. Não foi a prisão que fez isso, mas o conjunto de mecanismos que, a partir do século XVIII, tomam a vida e o corpo a partir de um novo mecanismo de controle. É o surgimento, na história do ocidente, de uma nova estratégia de poder.

A descoberta feita por Foucault jamais teria sido possível seguindo as regras e métodos de uma história tradicional. Foi preciso ir além, foi preciso escavar as diversas camadas do passado para perceber que as transformações do sistema criminal estavam ligadas às mudanças mais amplas que a sociedade estava passando. Não era a mudança de uma época para outra, do século XVIII para o XIX, mas uma transformação nas condições de possibilidade que ocorreram, não ao acaso, dentro de um recorte específico. Vigiar é uma atividade mais produtiva quando o objetivo não é mais punir os corpos, mas produzi-los segundo modelos estabelecidos pelo próprio saber.

A história arqueológica é uma história que percorre problemas, não períodos e épocas. Quando Foucault publica “As Palavras e as Coisas”, seu texto foi alvo de críticas pelo fato de ter um recorte bastante amplo, do século XVI ao XIX. Um exemplo das críticas sofridas por Foucault ao longo de sua vida foi o caso de Jacques Léonard, que questionava os estudos penitenciários de Foucault, comparando-o a um “cavaleiro bárbaro que percorria três séculos a rédeas soltas” (2015, p. 316). A originalidade de Foucault não foi ter ampliado o recorte e investigado novas fontes, mas perceber que certas transformações estão essencialmente ligadas às formações discursivas e suas rupturas ao longo da história. O sistema prisional mudou não só porque Bentham projetou uma nova estrutura de prisão, mas porque, até mesmo antes disso, o crime e o criminoso se tornavam visíveis para o pensamento científico e criminal de uma nova maneira.

A abordagem histórica de Foucault pode percorrer sim longos períodos, mas não o faz arbitrariamente, o faz porque são os problemas colocados que direcionam o olhar e interesse do historiador. Não há incoerência e nem problema metodológico investigar diferentes períodos em um trabalho histórico, desde que tal trabalho esteja alicerçado a um problema específico que justifique a análise e investigação de fontes diversas, pois as fontes e os períodos se conectam pela problemática, não pelo encadeamento contínuo de um ou outro.

Por isso o interesse de Foucault em livros esquecidos, empoeirados e tratados como sem importância. Era através desses livros que ele conseguia identificar problemas históricos e abordá-los de maneira ampla e inovadora. Enquanto a maioria dos historiadores se restringia a analisar grandes eventos e referências já consolidadas, Foucault vai em busca de fontes pouco analisadas na pesquisa científica e os utiliza como suporte importante do seu trabalho. A sua história é, em essência, uma história marginal. Marginal, pois, em toda a sua obra, há um interesse por temas e referências

pouco discutidos na historiografia, de modo que seus estudos visam um aprofundamento e reflexão sobre a relação desses temas com a própria constituição da história.

2.2 O papel dos anônimos na arqueologia

Percebemos como que, no procedimento arqueológico, o passado é investigado segundo abordagens que possibilitam novas relações com os fenômenos e grupos sociais envolvidos na trama histórica. Não se trata somente de contar a história e o desenrolar dos acontecimentos, mas de elaborar reflexões sobre os conjuntos que atuam direta e indiretamente para a ocorrência de determinado evento. É uma história feita de articulações com outras histórias, de relações que permitem o olhar diferenciado sobre o objeto e a visibilidade de novas problemáticas no campo da história, até então negligenciadas pelos historiadores.

Os anônimos, as mulheres, os trabalhadores, os criminosos, enfim, todas as “vidas infames” se tornam visíveis com a arqueologia. Isso porque, diferentemente da história tradicional ou, mais precisamente, a “história monumental” criticada por Nietzsche, que buscava relatar o surgimento e declínio dos grandes impérios, grandes acontecimentos e datas importantes, a arqueologia busca não apenas o grandioso e eminente, mas dedica uma atenção especial aos eventos menores que, na elaboração historiográfica, representam um sentido para a construção da trama. Há um resgate de histórias não contadas, histórias soterradas pelo cotidiano das fábricas e pela sombra dos impérios. Esses personagens esquecidos e sem importância se tornam protagonistas na nova história, que agora dialoga com as diversas camadas do passado.

Sobre essa possibilidade historiográfica, Jean-François Bert, referência importante sobre a obra de Michel Foucault, afirma o seguinte a respeito da história arqueológica:

Descrições dos fatos, dos gestos, do dizer e dos pensamentos, a história de Foucault rompe com os quadros clássicos de análise para privilegiar as práticas e a “vivência” dos dominados, com isso, fazendo aparecer conteúdos históricos mascarados em sistematizações formais. Uma história que se opõe ao saber histórico chamado de “científico” pela consideração dos saberes locais, saberes privados de todo reconhecimento científico (2013, p. 180).

A descrição da arqueologia é uma análise das diferentes fontes que contam a

história de um determinado evento no passado. Para o historiador Marlon Salomon (2019, p. 240), o que está em jogo na arqueologia foucaultiana não é uma fenomenologia dos “rastros”, mas uma análise sobre as estruturas de poder que tornam possível o arquivo como saber. O evento, na arqueologia, não significa exclusivamente um grande acontecimento ou um marco importante no tempo, mas tudo aquilo que, de um modo ou de outro, ajuda a contar a transformação de algo, seu surgimento, as relações possíveis entre os eventos, o protagonismo dos agentes envolvidos e seu papel na dinâmica dos fatos. As vivências dos dominados são considerados pela história como testemunho de uma relação específica dentro de uma certa condição histórica e social. Os anônimos são confrontados com as relações de poder no sentido de entender as diversas estratégias que atuam no mecanismo social e cultural de uma sociedade.

Não é, portanto, apenas o inserir dos anônimos na história pelo fato deles possuírem uma narrativa qualquer sobre o evento. O surgimento dos anônimos, criminosos, marginais, mulheres etc., acontece também porque a sua narrativa está engendrada dentro de uma estrutura de poder que o faz se entender e existir para a história de uma determinada maneira. Isso faz do operário não apenas alguém que está constantemente na fábrica e é alienado pelo sistema capitalista, mas alguém que, na relação de poder dentro e fora da fábrica, é alvo de diversos mecanismos de poder que o faz, muitas vezes, viver e se entender de determinado modo na sociedade. Não apenas o operário, mas o alvo constante de um poder que o produz constantemente conforme critérios e desejos já estabelecidos na sociedade.

A história ganha uma nova face diante disso, ou melhor, uma possibilidade de poder lidar com as diversas narrativas que compõem a trama histórica. A história tradicional, por valorizar os grandes feitos e a narrativa dos líderes, acabou por desenvolver uma história dos grandes modelos e personalidades. A historiografia do século XIX era aquela que relatava o passado encontrado nas fontes, mantendo-se, essencialmente, no grau de objetividade exigida pela pesquisa histórica científica. O documento atestava, por excelência, o que aconteceu no passado e o historiador era o responsável por produzir um discurso científico e objetivo sobre o passado.

A história se apresentava, desse modo, como um discurso verdadeiro e completo sobre o passado humano. As fontes atestavam e o historiador simplesmente registrava em seu texto aquilo que era encontrado nos documentos. A ausência de reflexão crítica sobre a noção de documento tornava a história, com isso, uma história ilustre, pois apenas a visão dos vencedores sobrevivia nas fontes deixadas pela sociedade. Um

tratado político, um discurso célebre de alguém importante, os feitos de uma grande personalidade, as grandes guerras etc., e os anônimos e sobreviventes ficavam à margem de toda narrativa histórica, aparecendo, vez ou outra, como o rastro deixado pela barbárie política.

O fato de a história ser uma narrativa sobre o passado pressupõe, também, uma escolha sobre a história a ser contada e a forma que ela se apresentará no texto. A subjetividade do historiador também é um elemento importante na construção de seu relato, pois o profissional também se faz existir no texto que ele elabora. A escolha de fontes e o método de análise é uma escolha do historiador, que seleciona e analisa conforme os problemas colocados em sua pesquisa. As fontes não são um retrato fiel do passado, mas uma imagem turva que possibilita ao historiador fazer perguntas, refletir e buscar informações que esclareçam a sua problemática. Acreditar que as fontes falam por si é diminuir a atuação do historiador, que está intrinsecamente ligado ao trabalho historiográfico.

A ciência histórica pode ser subjetiva e objetiva ao mesmo tempo, pois o trabalho historiográfico se faz não apenas com fontes e documentos, mas também com o olhar e intervenção do historiador. O historiador manipula as fontes e as faz falar conforme as perguntas que são feitas. As mesmas fontes, se inquiridas a partir de novos problemas e abordagens, podem ter outro significado para o trabalho histórico. Essa é a parte subjetiva do trabalho, pois toda atenção se baseia em uma problemática específica e as perguntas correspondem a uma necessidade de pesquisa. A narrativa que se constrói sobre o passado está em profunda relação com a documentação selecionada e observada pelo historiador, portanto limitada pelas fontes, mas também elaborada conforme os usos que o profissional direciona aos vestígios.

A contribuição da arqueologia foi também ter revisto e ampliado a noção de “acontecimento”. Sobre essa categoria, afirma Foucault, o acontecimento precisa ser entendido não como uma batalha, um tratado ou um reino, mas “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, mas uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada” (2019, p. 73). Não que as batalhas sejam irrelevantes e os grandes impérios não mereçam que a sua história seja contada, mas perdem o seu privilégio como história exemplar e única.

A arqueologia lida com uma proliferação de vozes e pensamentos do passado, cuja atividade do historiador é seguir o rastro dessas vozes e tornar visível as relações

que constituem um evento em história. Um discurso que se modifica no tempo, como o discurso criminal, religioso e político, transforma também os mecanismos de uma cultura que passa a justificar os discursos que se inovam na sociedade. Portanto, não é o pensamento que evolui no tempo dando início a uma forma mais avançada de si, mas mudanças que ocorrem conjuntamente na sociedade e tornam possíveis novas condições para o acontecimento. Um discurso é também um acontecimento, não só porque se direciona a algo e possui objetivos, mas porque o próprio discurso mobiliza estratégias de poder e saber que produzem o próprio objeto que também é alvo desse mesmo discurso.

Segundo Revel (2005, p.17), na arqueologia foucaultiana se relacionam duas ideias principais para compreender o seu projeto, que são: a ideia dos começos, da emergência, e a ideia do arquivo, sendo este o registro dos objetos em história. Roberto Machado (2007, p. 119) parece corroborar a tese de que a arqueologia significa uma profunda modificação nos critérios do trabalho histórico, recorrendo não mais à validade científica de determinado saber, mas suas condições existência, uma vez que a verdade, nas análises de Foucault, é uma produção histórica cuja análise remete a suas regras de aparecimento e organização.

Dessa forma, a arqueologia serve como um modelo historiográfico que viabiliza o surgimento de novos atores, discursos e acontecimentos no campo da história. Trata-se não apenas do surgimento dos anônimos, pois eles já existiam para a história como povo esquecido e sofrido, mas agora o seu sofrimento passa a ser contado e adquire relevância histórica. A história dos anônimos se conecta, a partir da arqueologia, com a história social e cultural das sociedades em questão. Os marginalizados existem na medida em que se relacionam com as estruturas do poder e suas vidas são produzidas e partir desse contato com o poder.

A história não é e não deve ser a narrativa que descreve a vida dos anônimos como um grupo separado e diferente do resto da sociedade, mas a narrativa que busca encadear a vida dos anônimos com o restante da sociedade, bem como as elites, as instituições e os diferentes discursos veiculados no meio social. Um operário não existe só porque a ele é associado constantemente o perfil de proletário, nem tampouco porque está a maior parte do tempo dentro das fábricas, mas porque a ele já se associa discursos e práticas que o faz ser o que é mesmo quando já não o é. Quer dizer, mesmo longe das fábricas um operário é um operário. Nas suas folgas o trabalhador busca os prazeres que são associados ao descanso do trabalho cansativo nas fábricas: bebedeira, prostituição,

jogos etc.

Ao operário é reservado a labuta cotidiana e os vícios mundanos. Dessa forma, quando ele não está no trabalho e tira o seu uniforme, o seu descanso também é apropriado por um discurso que produz um lazer típico da classe trabalhadora. O discurso se insere como uma estratégia que produz desejos, sensações e subjetividades. Ele não surge do nada e tampouco se direciona aleatoriamente a algo, mas se organiza a partir de outros discursos e utiliza critérios específicos de saber e poder. O discurso é uma dinâmica que tende sempre a se transformar, assim como as sociedades. Essa mudança pode ser forçada ou não, mas está sempre relacionada com diferentes mecanismos de controle e produção de novas verdades.

O discurso historiográfico, por muito tempo, valorizou as grandes narrativas e o papel das grandes personalidades na representação do passado. A inteligibilidade do tempo histórico estava, segundo essa perspectiva tradicional, nos grandes atores históricos, nos documentos de Estado, naquilo que é dito pelo rei, no pronunciamento captado de um político, na rainha que posa para um quadro, nos tratados de uma guerra e tudo aquilo que está vinculado ao que é oficial. Isso foi revisto criticamente no século XX com a Escola dos Annales e o desenvolvimento de uma “história-problema”, cuja crítica recaiu sobretudo às maneiras tradicionais de entender o objeto e as fontes em história. A historiografia ganha, com isso, um novo entendimento sobre o documento e novas disciplinas passam a prestar apoio às pesquisas históricas, como a antropologia, a psicanálise, a filosofia, a economia e a geografia.

No entanto, uma lacuna parece existir ainda no discurso historiográfico. Uma brecha que nem a história das mentalidades foi capaz de preencher: o surgimento dos anônimos e o aparecimento das palavras. O trabalho feito pela história das mentalidades, por vezes, recompõe um determinado quadro social e as disposições de uma cultura, um costume, uma tradição. Porém, parece manter as palavras dos anônimos na errância do discurso, longe do acontecimento e em certa medida como uma massa sem coerência e indecifrável. E disso deriva um problema não apenas epistemológico, mas também político, pois manter os anônimos como aqueles que “nada têm a falar” ou, se falam, são incoerentes, desarticulados, é excluí-los uma segunda vez da história.

Desde a antiguidade o discurso está no centro da reflexão filosófica. A Retórica, de Aristóteles, é um ensaio que demonstra a preocupação dos antigos com o domínio da argumentação, cujo objetivo principal era persuadir o ouvinte sobre aquilo

que se diz. E, como é sabido, na antiguidade, assim como em todos os períodos históricos, o regime da fala não é algo disponível a todos os membros de uma sociedade. Há sempre aqueles cuja palavra é legitimada e favorecida, mas existem também aqueles que são ignorados, repreendidos, afastados de qualquer possibilidade de manifestação do pensamento. Essa distribuição entre quem pode falar e quem não pode não é característica apenas de regimes tirânicos. Em nossa era democrática, o regime da palavra parece operar ainda sobre certas divisões entre aqueles que estão destinados a falar e aqueles cuja voz é silenciada devido a certas particularidades como, por exemplo, um indivíduo que trabalha e por isso não tem tempo para pensar, escrever, sonhar.

Michelet, historiador do século XIX, chamou a atenção para esse problema em sua obra “O Povo”, de 1846. Problematizando as interpretações do seu tempo sobre as camadas populares, que no livro estarão todas reunidas na ideia de “povo”, Michelet diz:

Desse mal-entendido resultou algo desagradável: eles produziram um efeito contrário ao que pretendiam. Escolheram, pintaram e narraram, para despertar nosso interesse pelo povo, justamente aquilo que devia nos afastar e assustar. “Como? O povo é assim?”, gritaram em uníssono os pusilânimes burgueses. “Rápido, aumentemos a polícia, armemo-nos, fechemos as portas, passemos o ferrolho!” (1988, p.115-6).

Essa passagem é interessante em muitos aspectos, pois aparece aqui, pela primeira vez na história do pensamento ocidental, um interesse especial pelo que podemos chamar, embora de maneira genérica, de “povo”. Ainda que Michelet cometa alguns deslizes e caia futuramente em contradições, o fato de trazer o foco para essa categoria esquecida, ou, se lembrada, apenas de modo caricatural, faz dele um acontecimento inaugural para a historiografia. Inconformado com a imagem estereotipada dos intelectuais sobre esse grupo, Michelet se propõe a ir até as massas, interrogar o povo e resgatar suas vozes esquecidas. Um projeto muito interessante, sem dúvidas, mas prejudicado por um devotamento de Michelet à pátria, à França. Quando o historiador interrogava o povo, ele parecia não estar movido por um interesse em resgatar as suas vozes, entender suas concepções sobre o mundo no qual viviam, mas por um capricho particular de convergir as narrativas do povo à sua própria narrativa. Todos eles, jovens, velhos, operários, camponeses, testemunham pela pátria, diz Michelet (1988, p. 200).

Fazendo uma crítica aos estereótipos sobre o “povo”, Michelet parece criar, ele mesmo, uma imagem identificadora desse grupo social. Não são primitivos, inarticulados, rudes, são intérpretes da nação, cuja voz e a palavra dão testemunho sobre a França. Se Michelet introduz os anônimos na história, não é por reflexão metodológica ou teórica apenas, mas para reforçar a sua concepção de progresso da França. Talvez seja por isso que, em toda a sua obra, ao evocar as testemunhas da nação, não vemos o conteúdo de suas confidências, os relatos coletados por Michelet. O importante, para ele, não é o que dizem, mas que suas palavras existem na medida em que representam o seu próprio pensamento. Michelet não introduz o “povo” para o fazer falar, mas para poder, ele próprio, tornar as palavras dos anônimos o exemplo do progresso da nação. Interesse não pelo conteúdo, mas pela forma.

Foi com ele, no entanto, que os anônimos viraram objeto de problematização e signo da história. E essa é uma contribuição extremamente relevante para a historiografia. A problematização do povo na história, contudo, será esquecida pela corrente historiográfica ainda por bastante tempo. Mais tarde, quando a transformação da História em ciência causa mudanças decisivas para a pesquisa histórica, se intensifica uma discussão em torno de métodos e fontes da pesquisa histórica. Em defesa da objetividade, a História do século XIX acaba por se tornar um estudo dos Estados, um relato dos documentos oficiais preservados em instituições. As palavras dos anônimos, na ciência histórica do século XIX, simplesmente não existem. Isso porque o acontecimento em história não é feito pelas camadas populares, mas através dos grandes eventos e personalidades, conforme atestam as fontes. O sujeito ainda não existe, mas apenas a guerra, os tratados, as instituições.

Um segundo aspecto sobre a consolidação da História como ciência diz respeito à ruptura entre história e literatura. O primeiro se torna sinônimo de fato, concreto, real, cuja análise dos arquivos permite a reconstrução do passado; o segundo, por sua vez, estará associado ao fictício, invenção, uma atividade completamente diferente do historiador, que tem como tarefa principal a elaboração de um discurso verdadeiro. Procurando se afastar de outros saberes — literário, biológico, matemático —, a História irá se afirmar como um campo especializado do conhecimento, realizando, em paralelo, um encastelamento de seu próprio saber, pois ignora a contribuição que as outras disciplinas fornecem ao estudo da sociedade. O século XIX significa, desse modo, o nascimento e a morte do “povo” na historiografia. Nasce, primeiro com Michelet, e morre, logo depois, com a afirmação da história enquanto

ciência e a configuração de uma história “objetiva”, oficial, “monumental”.

O sujeito enquanto preocupação da historiografia irá aparecer apenas no século XX em decorrência dos debates e das reformulações das práticas de pesquisa em história. A crítica a uma história oficial, no entanto, não surge apenas com os Annales e o materialismo histórico-dialético. Nietzsche, no século XIX, já se mostra indignado a uma história que valoriza demais os grandes feitos do passado e ignora as dimensões da vida. Questiona, certa vez, a falta de fazer uma história “daquilo que deu colorido à existência” (2012, p. 58). Onde estaria, continua o filósofo, uma história do amor, da violência, da alimentação, da tragédia, da moral humana, tudo aquilo que, de um modo ou de outro, contribuiu para o desenvolvimento da espécie humana? Começa a se delinear, nesses questionamentos, a possibilidade de uma história mais próxima dos sujeitos históricos, mais próxima da vida e do “povo”.

É claro que, como sabemos, a crítica de Nietzsche está situada dentro de um projeto filosófico maior: a crítica à modernidade e à tradição socrática-cristã. Ao avançar a leitura de seus textos, percebemos que ele não era tão próximo assim do “povo”. A única ideia do ser humano que ele era adepto era a famosa tese do “super-homem”. Isso não nos impede, ou pelo menos não deveria, de encontrar em sua crítica a formulação de um problema que ganhará mais força no século XX, que é a sua crítica ao ideal de objetividade e a uma história pautada nos grandes nomes. Uma crítica que, sem dúvidas, terá grande impacto nas novas discussões historiográficas do século XX, mobilizadas tanto por autores como Walter Benjamin, Michel Foucault, quanto a Escola dos Annales e a história cultural.

Até então, a continuidade histórica e as grandes personalidades era o que determinava a escrita da história. Uma história que progride, os tempos que se sucedem e o discurso dos grandes como um fator de legitimidade de um evento. Aconteceu desse modo porque as fontes dizem que funcionou assim. Dois movimentos serão responsáveis por operarem mudanças significativas na historiografia do século XX: a Escola dos Annales e o materialismo histórico-dialético. Cada um, a seu modo, suscitaram novas reflexões em torno dos objetivos e preocupações da história, a análise dos discursos e a incorporação de novas fontes e disciplinas às pesquisas históricas.

A Escola dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, questionou decisivamente os princípios vigentes da escrita da história na primeira metade do século XX e contribuiu para o desenvolvimento de uma ciência menos rígida com o

seu objeto de investigação. A Escola dos Annales representou, no pensamento histórico ocidental, uma revolução francesa da historiografia, segundo Peter Burke. Ampliando a noção de documento, outras fontes históricas foram incorporadas ao ofício do historiador, assim como o apoio de outras disciplinas para o estudo da sociedade. Se antes o documento era apenas aquilo que é oficial, preservado em instituições públicas, com os Annales teremos uma nova definição de documento, não mais direcionado apenas à papelada dos reis, mas às diversas possibilidades e vestígios do passado.

Se a Escola dos Annales efetuou uma mudança de paradigma na pesquisa histórica, foi o materialismo que, por sua vez, alterou a lógica de análise e interpretação do discurso. Essa nuvem de palavras, antes associada a uma verdade, à garantia do fato, irá designar, agora, uma elaboração de sentido cujas contradições se revelam ao olhar atento. O discurso não será mais visto como algo neutro, imparcial, mas que expressa determinados valores políticos e sociais. O papel da ideologia constituirá a análise dos discursos, pois estes são construídos sob a lógica burguesa para defender e perpetuar seus interesses. O discurso deixa de ser algo neutro para expressar um valor. O papel da historiografia marxista não é contrapor a esses discursos as palavras dos anônimos, mas desvendar os interesses burgueses nas palavras e mostrar suas contradições às massas, para que essas conheçam a verdade e se libertem da opressão.

O foco não é, portanto, os anônimos ou como eles reagem a esses discursos, à exploração, mas a relação entre verdade e ideologia. Ideologia, no sentido marxista de falsa consciência, camufla as contradições e impede que os trabalhadores alcancem a verdade e o conhecimento da exploração. Eles não conseguem pensar por si só, é o que basicamente sustenta essa concepção, apenas vendem a sua força de trabalho e são explorados. É preciso que alguém traga a boa nova, que desconstrua a lógica do capitalismo na frente dos trabalhadores e mostre a eles o caminho de uma sociedade justa e igualitária.

Podemos ver como que, no século XX, as discussões em torno do discurso e das fontes operaram mudanças importantes na historiografia. Os anônimos ainda não são pensados em sua singularidade, mas na medida em que integram uma sociedade, um costume, o capitalismo. As palavras e os sujeitos só irão efetivamente constituir objeto de investigação mais tardiamente, sobretudo com Foucault. O interesse do filósofo sobre os anônimos não é só porque eles possuem uma história diferente e um sofrimento seu,

mas porque seu sofrimento e sua história se conectam profundamente com as estruturas da sociedade e os mecanismos históricos de controle e produção de verdades. Isso mostra, com Foucault, não uma possibilidade de “história das minorias”, mas história do poder, ou melhor, das estruturas do poder e sua efetiva relação com os sujeitos históricos.

Com essa discussão, queremos mostrar que a história de Foucault abre margem a novas formas de pesquisa histórica. Não se trata de inserir os anônimos na história, ou produzir uma narrativa dos subalternos, mas investigar os mecanismos de poder e saber que produzem as possibilidades de subjetivação no ocidente. Uma história dos operários não é apenas uma narrativa das minorias, uma esperança comunista, mas uma análise histórica sobre os instrumentos de poder que tocam e produzem o sujeito no centro das relações industriais capitalistas.

2.3 As bases nietzscheanas do procedimento arqueológico

É bastante conhecida a influência de Nietzsche para o pensamento de Michel Foucault. Não apenas admiração pelas ideias do filósofo alemão, mas Foucault percebia em Nietzsche uma contribuição relevante para a filosofia, sobretudo através do conceito de genealogia, que também está profundamente relacionado com a história. É daí que virá a principal referência de Foucault para o seu pensamento, bastante herdeiro dos problemas nietzscheanos. Tentaremos apresentar, nas páginas a seguir, uma visão geral sobre as contribuições do filósofo alemão para a história e suas implicações para os estudos históricos de Michel Foucault.

Nietzsche é um filósofo que, assim como Foucault, não possui uma sistematização de seu pensamento e tampouco uma teoria, no sentido estrito do termo, como a defesa e sustentação de uma tese. Quem busca entender o conceito de “genealogia” em Nietzsche não deve procurar um tópico específico ou capítulo de livro em que essa ideia é apresentada. A abordagem genealógica aparece em toda a sua obra, sendo mais presente em alguns livros e menos frequente em outros. No entanto, destaca-se aqui a obra de 1887 “A genealogia da moral”, em que o filósofo faz um interessante estudo sobre os valores de “bom” e “mau”, demonstrando mais uma vez a importância da história na investigação dos conceitos.

O livro se inicia já com uma problemática, que será perseguida e discutida ao

longo de todo o livro. Nietzsche então faz a seguinte pergunta:

[...] sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor “bom” e “mau”? e que valor têm eles? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro?(NIETZSCHE, 2009, p. 9).

Partindo do problema de que os valores morais não são permanentes e invariáveis, Nietzsche questiona toda a tradição ocidental para mostrar o processo histórico por trás da criação e consolidação dos conceitos. Levando-se em conta a influência cristã, os valores de “bom” e “mau” serão construídos para legitimar o cristianismo e sua filosofia de ascese. Através de uma inversão de valores, o “bom” será tido como o sinônimo de uma vida ascética, de sofrimento e de abstenção das coisas mundanas; o valor de “mau”, por outro lado, será associado a uma vida voltada para o luxo e o pecado.

Antes do cristianismo, portanto, a virtude e a coragem eram características de uma vida guiada pelo valor de “bom”, enquanto o medo e a fraqueza eram associadas ao valor de “mau”. Dessa forma, Nietzsche irá destacar uma mudança nos conceitos a partir do cristianismo, que confere novos valores e sentidos para a vida humana. A genealogia nietzscheana tem como propósito investigar a historicidade dos valores, situá-los dentro de um processo histórico e entender as condições que provocaram mudanças importantes na constituição dos conceitos.

A genealogia, conforme desenvolvida por Friedrich Nietzsche em sua obra "Genealogia da Moral", é uma abordagem crítica que busca investigar as origens históricas e os processos de formação dos valores, conceitos e práticas morais em uma determinada cultura ou sociedade. Diferentemente de uma abordagem tradicional da história, que busca estabelecer uma linha contínua de desenvolvimento moral, a genealogia de Nietzsche tem como objetivo desvelar os jogos de poder, as contradições e as contingências históricas envolvidas na formação dos valores morais.

O pensamento genealógico é caracterizado por uma abordagem histórica sobre a constituição dos conceitos em história. Para realizar esse empreendimento, é preciso se livrar de qualquer pretensão de alcançar a “verdade” sobre o objeto, seu sentido único e universal que percorre os tempos históricos. Isso porque, na genealogia, a verdade perde o seu privilégio de saber intocável para se tornar, mediante a análise histórica, um saber produzido culturalmente e socialmente segundo condições e interesses específicos.

Nietzsche não tem como propósito destruir e inutilizar a “verdade” e o papel da ciência, mas refletir, de modo pioneiro na filosofia, que ela também é um produto da sociedade e que sua constituição advém de relações de poder.

A filosofia de Nietzsche é muito rica e também muito significativa para o pensamento ocidental. É certo que ela trouxe reflexões importantes e continua a influenciar a filosofia. Sua contribuição interessa diversas áreas além da filosofia, como a política, a linguística, os estudos culturais e, no que interessa a nossa pesquisa, os estudos históricos. Há diversas passagens nos livros de Nietzsche que refletem sobre o papel da história, em especial os livros “Genealogia da Moral”, “A Gaia Ciência” e, principalmente, o texto de 1874 “Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagens da história para a vida”.

Sem desconsiderar os demais livros do filósofo, as obras citadas acima expõem de maneira geral o pensamento do filósofo sobre a história. Na “Genealogia da Moral”, em uma passagem ao mesmo tempo que complexa e interessante, o filósofo afirma que:

[...] pois não há princípio mais importante para toda ciência histórica do que este, que com tanto esforço se conquistou, mas que também *deveria* estar realmente conquistado — o de que a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto coelho* [totalmente]; de que existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior; de que todo acontecimento do mundo orgânico é um *subjugar e assenhorear-se*, e todo subjugar e assenhorear-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o “sentido” e a “finalidade” anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados (NIETZSCHE, 2009, p. 60).

A história é a ciência que está, a todo instante, produzindo novas interpretações sobre o passado, cujo sentido e finalidade são revistos frequentemente e problematizados na pesquisa histórica. Nietzsche acreditava que cada época e cultura tinha suas próprias interpretações históricas, moldadas pelos valores e interesses predominantes. Segundo ele, a história não é um registro neutro e imparcial dos fatos, mas sim uma narrativa carregada de significados e interpretações subjetivas. Encontramos a confirmação dessa ideia quando ele afirma que o “sentido” e a “finalidade” anteriores são obscurecidos em detrimento de novas interpretações, em que é possível perceber a relação do historiador e a narrativa que ele mesmo elabora.

Além disso, Nietzsche também criticou a ideia de progresso linear na história.

Ele rejeitou a noção de que a história segue uma direção fixa rumo a um destino ou a um estágio final de desenvolvimento. Em vez disso, Nietzsche argumentou que a história é caracterizada por uma multiplicidade de forças, contradições e impulsos conflitantes. Ele enfatizou a importância do caos, da descontinuidade e da transitoriedade na compreensão da história. Na obra de 1874, sua “Segunda consideração intempestiva”, ele apresenta os argumentos de sua crítica ao que chamamos, aqui, de “história tradicional”, sendo representada por um modelo em que o passado é contado de maneira linear e progressiva.

No contexto em que a história se tornava ciência e reivindicava um espaço de credibilidade científica, Nietzsche foi responsável por promover um debate sobre a objetividade científica que, ainda nos dias de hoje, é bastante pertinente. E a sua crítica residia em grande parte nessa pretensão de ser possível realizar um estudo completamente objetivo sobre o passado. A história, na sua concepção, era uma narrativa sem vida e sem subjetividade, pois insistia em tentar produzir um estudo essencialmente objetivo, cujas fontes auxiliavam o historiador a permanecer fiel ao passado, portanto livre de muitas interpretações.

A inquietação que Nietzsche irá levantar é justamente sobre o grau de objetividade que o historiador pode ter em seu trabalho. Se o historiador ignora as fontes e a metodologia de seu trabalho, não produzirá um texto plausível e confiável, pois estará completamente no plano da subjetividade. No entanto, se ele rejeita toda e qualquer reflexão sobre o seu objeto, seu texto cai no embaraço de se tornar apenas um relato das informações extraídas do documento. Essa provocação de Nietzsche irá influenciar o pensamento filosófico posterior, especialmente Michel Foucault, que irá ampliar ainda mais essas reflexões no século XX.

Ainda sobre Nietzsche, no livro “A gaia ciência” há uma passagem interessante que resume a provocação do filósofo sobre a pesquisa histórica do seu tempo: “até o momento, nada daquilo que deu colorido à existência teve história: se não, onde está uma história do amor, da cupidez, da inveja, da consciência, da piedade, da crueldade?” (2012, p. 58). É como se, ao ler os livros de história do seu tempo, Nietzsche não encontrasse nenhum sinal de vida ou emoção nas páginas escritas. Tudo o que encontrava eram números, estatísticas, nomes de grandes personagens, tratados assinados, impérios caindo etc., e a vida humana e seus desafios completamente ausente na narrativa histórica.

É interessante a crítica de Nietzsche, pois percebemos com ele um fundamento

da narrativa histórica, que é o fato de que ela representa um relato da vida humana e não há como fugir desse pressuposto. Do mesmo modo, se a história depende das fontes para que ela exerça um grau de verdade, isso não a torna completamente eficiente se ignora a parte subjetiva do relato, que é a interpretação das fontes e do passado. Mesmo que a ciência histórica tenha, no século XIX, desenvolvido a crítica documental, ela permaneceu problemática ao ignorar, e até mesmo recusar, a subjetividade do historiador na narrativa histórica.

Agora que temos uma visão geral sobre a filosofia de Nietzsche e suas provocações históricas, vejamos a influência dessas ideias para o pensamento de Michel Foucault, que é o interesse maior desse capítulo. As críticas de Nietzsche, assim como a sua genealogia, conforme já percebemos, trouxe contribuições importantes para o debate historiográfico, como a reflexão sobre as fontes em história e as noções de objetividade e subjetividade. Nietzsche, assim como Foucault, não queria produzir uma teoria completamente nova e que orientasse as pesquisas na área, mas problematizar, cada um em sua época, sobre o tipo de história praticada em seu tempo e suas possibilidades.

Se em Nietzsche temos a genealogia, em Foucault temos a arqueologia. Mais do que uma mudança de nome, a arqueologia é um procedimento investigativo que permite explorar as diversas camadas do passado com o objetivo de conseguir, através de uma abordagem diferente, ter acesso às diversas fontes do passado, incluindo aqui os discursos e as relações entre poder-saber de cada época. Pensando o trabalho arqueológico de escavar o solo em busca de vestígios do passado, o procedimento de Foucault segue o mesmo objetivo, mas diferentemente do primeiro que investiga e estuda os materiais encontrados nos sítios arqueológicos, a abordagem do filósofo se volta para os diferentes estratos do tempo.

A arqueologia foucaultiana, portanto, é uma abordagem metodológica desenvolvida pelo filósofo e que tem como propósito analisar as condições históricas e as formas de produção do conhecimento em diferentes domínios, como a história, a ciência, a psiquiatria, entre outros. É uma ferramenta crítica que busca desvendar as estruturas de poder e as relações de saber-poder presentes nas práticas discursivas e nas formações discursivas ao longo do tempo.

Ela se baseia na noção de que o conhecimento não é apenas uma representação objetiva da realidade, mas é construído através de processos discursivos que são influenciados por fatores históricos, sociais e políticos. Foucault argumenta que o

conhecimento está enraizado em relações de poder e que essas relações moldam os discursos e as práticas que constituem determinados campos de conhecimento.

Na arqueologia do conhecimento, Foucault propõe uma análise das formações discursivas, que são conjuntos de enunciados e práticas que estabelecem o que pode ser dito, pensado e conhecido em um determinado período histórico. Ele investiga as regras e as condições de possibilidade dessas formações discursivas, examinando como elas se constituem, se transformam e como exercem poder sobre os sujeitos.

Uma das principais contribuições da arqueologia foucaultiana é a ênfase na descontinuidade histórica e na crítica às narrativas lineares e progressivas da história do pensamento. Foucault argumenta que o conhecimento não se desenvolve de maneira linear, acumulativa ou progressiva, mas está sujeito a rupturas, descontinuidades e transformações. Portanto, a arqueologia busca identificar essas rupturas e analisar as mudanças nas práticas discursivas ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a arqueologia do conhecimento não se limita à análise do passado, mas também pode ser aplicada a contextos contemporâneos. Foucault propõe uma análise crítica das estruturas de poder presentes nas práticas discursivas atuais, buscando compreender os mecanismos de exclusão, dominação e resistência presentes no discurso.

Em resumo, a arqueologia foucaultiana é uma abordagem metodológica que analisa as condições históricas e as formas de produção do conhecimento, desvendando as relações de saber e poder presentes nas práticas discursivas. Ela busca romper com narrativas lineares e progressivas da história, enfatizando a descontinuidade e as transformações nas formações discursivas ao longo do tempo.

O historiador francês Paul Veyne, referência importante sobre a obra de Foucault e também para as pesquisas na área de história, defende a noção de arqueologia no debate historiográfico. Segundo ele:

Toda história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam, e em explicar essas práticas não a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se ancoram (1982, p. 181).

Como Veyne afirma, toda história é arqueológica por natureza. Não se trata, portanto, de se avaliar a legitimidade da abordagem foucaultiana, mas perceber que ela

se refere a questões inerentes da própria narrativa histórica. O historiador também é arqueólogo, pois embora não utilize suas ferramentas para escavar o solo em busca de artefatos, percorre os diversos tempos na busca de encontrar os sinais indicativos do evento em história e relacioná-lo com o conjunto das formações discursivas. Dessa forma, o evento é explicado não apenas a partir dele mesmo, mas sempre em relação com os demais fatores que se avizinham ao próprio acontecimento, pois ele é constituído também por aquilo que lhe é exterior e mantém alguma relação.

Percebemos como a filosofia de Nietzsche influenciou o pensamento de Foucault. De diferentes maneiras, a obra foucaultiana é impactada pelas ideias do filósofo alemão, que realizou no século XIX críticas bastante contundentes sobre a sociedade, a filosofia e a história. Ainda de maneira incipiente, Nietzsche levantou problemas que mais tarde seriam melhor desenvolvidos no cenário historiográfico, como por exemplo a problematização de uma história pretensamente objetiva e factual. Para Nietzsche, a história havia se afastado do humano ao se tornar uma disciplina científica, pois a rigidez com os métodos e as fontes deixavam escapar o lado subjetivo que compõe a escrita da história.

Interessante a sua crítica em pelo século XIX, que como já afirmamos, se trata de um contexto de grande importância para a cientificização da história, que passou a se tornar uma disciplina regulada por métodos próprios de investigação do passado. Do mesmo modo, ao se tornar uma narrativa pautada essencialmente no factual e nas linhas do documento, a história havia se tornado um relato dos vencedores, dos grandes feitos e das narrativas oficiais. Nietzsche vai chamar isso de um “excesso de história”, que na sua concepção tem pouca utilidade para a vida e as sociedades, já que essas narrativas produzem apenas um relato cheio de dados, nomes e informações sobre o evento, sem contudo pensá-lo, problematizá-lo e refletir sobre o seu próprio objeto.

O excesso de história, para o filósofo, não se trata de um saber histórico amplamente divulgado e produzido na sociedade, o que poderia ser, para nós, um sinal positivo para o conhecimento humano, sobretudo no contexto atual em que as *fake news* dominam as publicidades em nossa sociedade. Para Nietzsche, o excesso é caracterizado na medida em que o saber histórico se apoia, de maneira exagerada, no fundamento de ser fiel aos documentos e relatá-lo por completo, com risco de perder alguma informação importante sobre a guerra ou as civilizações.

Fica mais claro, para nós, quando o filósofo problematiza a história em sua “Segunda consideração intempestiva”, ao afirmar que: “a guerra nem bem acabou e já

se transformou em cem mil páginas impressas, já foi oferecida como o mais novo meio de excitação dos paladares cansados dos viciados em história” (2003, p. 41). Ora, qual o sentido de fazer uma história da guerra, dos conflitos e das civilizações se o relato serve apenas para confirmá-lo? A guerra mal acabara e já havia, para o público geral, páginas e páginas impressas sobre o conflito, suas motivações econômicas e políticas, os avanços e retrocessos das tropas, os tratados mais importantes etc., sem contudo refletir sobre a noção de guerra e as transformações causadas pelo conflito, sobretudo em relação aqueles que não estiveram no *front*, mas tiveram suas vidas e sonhos interrompidas pelo confronto.

Em resumo, a história era, para Nietzsche, uma narrativa sem vida, um discurso que confirmava a sociedade e não servia para problematizá-la, refletir e resgatar o lado humano dos fatos históricos. Essas questões certamente inquietaram Foucault, o que o fez resgatar o lado humano do passado e dar mais vida à escrita da história. Por “dar mais vida” à história, queremos dizer que, com Foucault, a história passa a se preocupar com temas que estão ligados à vida humana, como a sexualidade, a loucura, a criminalidade etc., na medida em que o sujeito está atravessado por essas questões, pois constituem as nuances do ser humano.

No entanto, Foucault vai além e reflete também sobre a condição de ser da loucura e da sexualidade, ou seja, como se constituem, sobre quais critérios, apoiado em quais discursos e como isso afeta e determina a experiência subjetiva na sociedade. O ser humano é um ser histórico, não apenas porque está no tempo e experiencia as mudanças sociais, mas porque ele mesmo, localizável no tempo, existe a partir das condições e possibilidades de cada época. Sua experiência com o amor, a sexualidade, o desejo etc., é influenciada conforme as relações de cada época, que tornam possíveis o que, em outro contexto, talvez fosse impensável.

Para realizar essa investigação, é necessário que se tenha uma abordagem adequada e a problematização correta das fontes. Por isso a arqueologia é um procedimento útil à investigação histórica, pois promove um novo relacionamento do historiador com o seu objeto de pesquisa, dando possibilidade ainda maior aos vestígios do passado. Não é o único, nem tampouco o mais coerente, mas uma possibilidade de analisar o passado e o conjunto de mecanismos que constituem o evento em história. Ele seleciona recortes, discursos e práticas para depois estabelecer as relações entre si, compreender a sua condição de possibilidade.

A história foucaultiana, portanto, possui a abordagem do arqueólogo, que escava

e relaciona os materiais encontrados para que o passado possa ser representado de maneira fidedigna. As fontes do historiador são amplas, pois permitem não apenas a reconstituição de algum objeto material, mas também a compreensão e investigação das dinâmicas culturais das sociedades. O papel dos discursos e as relações de poder também são valorizados na arqueologia, pois compõem a trama histórica e influenciam a configuração das formações discursivas.

Observamos, também, que o método de Foucault possui referências na filosofia de Nietzsche, que muito contribuiu para a crítica de uma história factual e objetiva. Com a genealogia, Nietzsche promoveu também um estudo histórico dos valores e desnaturalizou o estatuto da verdade. A arqueologia significa não apenas uma continuação desse empreendimento, mas uma ampliação dos problemas e a efetiva aplicação no campo da história de uma abordagem do descontínuo, de uma história das mudanças históricas e das relações de poder e saber que fundamentam essas mudanças.

3. A DESCONTINUIDADE NO ÂMBITO DA CIÊNCIA HISTÓRICA

O que significa, afinal, o papel da descontinuidade na narrativa histórica? Em que medida a história é impactada por um saber da descontinuidade e, por outro lado, em que sentido a descontinuidade é capaz de produzir inovações no saber historiográfico. O principal objetivo deste capítulo, que é também o tema central desta pesquisa, será analisar essas relações propiciadas pela obra de Foucault no sentido de construir, com a maior clareza possível, uma compreensão sobre o papel da descontinuidade no procedimento historiográfico.

Analisaremos, a seguir, algumas obras de Foucault em que o tema da descontinuidade aparece, embora não explicitamente em seus textos, mas de forma latente em seus trabalhos. É o caso de “As Palavras e as Coisas”, obra em que Foucault tentou fazer uma “arqueologia das ciências humanas” e analisar a configuração das “epistemes” como possibilidade de saber no Renascimento, na Idade Clássica e na Modernidade. Esse texto representa, para a nossa pesquisa, uma referência importante não apenas porque realiza, ao nosso ver, uma “história descontínua”, mas também por mostrar a importância da “episteme” para a descontinuidade.

Além da obra que já citamos, analisaremos também outros dois textos que, no nosso entendimento, são também trabalhos em que o papel da descontinuidade está bastante presente no seu empreendimento intelectual. São eles: *Doença Mental e Psicologia* (1961) e *História da Loucura na Idade Clássica* (1961). Isso não significa que apenas nessas obras Foucault usou ou foi influenciado por um interesse na descontinuidade, pois toda a sua obra e seu pensamento, como sabemos, é uma análise crítica da historiografia e de uma concepção “progressiva” do saber. A escolha de analisar apenas essas obras se deu por dois motivos: 1) a diversidade de problemas entre elas e a abordagem descontínua que parece aproximar os três empreendimentos; 2) o tempo curto diante de um edifício intelectual tão grande como o de Foucault exigiu de nós a sabedoria de restringir um pouco a análise para que a pesquisa não fosse comprometida ou interminável.

Desse modo, apresentaremos nas próximas páginas o resultado desse empreendimento e a real contribuição de Foucault para o campo historiográfico, de modo que ele não tentou, exatamente, revolucionar a historiografia, embora Paul Veyne o coloque como um revolucionário no campo da história. Sua filosofia e suas obras históricas consistem, pode-se dizer, em uma complexa investigação histórica que submete tudo e todos a um corte específico que não separa, mas delimita um certo tema e o percorre no sentido de entender a sua própria condição de possibilidade na ordem do

saber.

Discutiremos, agora, o conceito de “*episteme*” na obra de Foucault, seu real significado e sua relação com a descontinuidade dos eventos. Do mesmo modo que a descontinuidade é percebida por meio de um procedimento arqueológico, já discutido anteriormente, a “*episteme*” esclarece, em certa medida, que a mudança por meio da descontinuidade está relacionada com própria configuração da “*episteme*” e suas transformações históricas.

3.1 O conceito de “*episteme*” na história e Foucault

Ao publicar “As Palavras e as Coisas”, Foucault realiza um brilhante estudo sobre diferentes momentos da história que, como sabemos, se refere ao Renascimento, à Idade Clássica e à Modernidade. E, com isso, não teve como objetivo esgotar as fontes e os assuntos dos citados períodos. Foucault faz uma história da modernidade dividida-a em três, sendo não apenas “períodos” ou “fases” da história moderna, mas *epistemes*. A teoria da história de Foucault se relaciona, fundamentalmente, com o conceito de *episteme*. Sua história não busca unicamente os períodos, embora não os ignore, pois o próprio saber histórico demanda um recorte espacial e temporal, mas insere esse mesmo recorte dentro de relações epistêmicas e discursivas.

Dessa forma, os três períodos que encontramos em “As Palavras e as Coisas” não são apenas fases de uma história singular, mas momentos no tempo que se articulam com o saber de uma maneira diferente, embora não abolindo por completo as influências de outra *episteme* ou tornando-a ultrapassada. A Modernidade não é completamente diferente da Idade Clássica por tratar os temas sob outra perspectiva, nem tampouco avançada demais por ter feito surgir o sujeito antropológico e como objeto de investigação. A *episteme* moderna é, por assim dizer, um lugar qualquer no emaranhado histórico de mudanças e que, tal como a *episteme* moderna se formou, um dia dará lugar a novas relações.

Mas afinal, o que diz Foucault sobre as *epistemes*? Na “Arqueologia do Saber”, o filósofo a define da seguinte forma:

Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente

sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (2020, p. 231).

Essa longa passagem esclarece o sentido da *episteme* no pensamento de Foucault: é o conjunto de relações que se tornam perceptíveis a partir de uma análise sobre as regularidades discursivas. Ela não é, como pode supor, a “mentalidade de uma época”, mas a forma pela qual, segundo certas relações entre o saber e os discursos, uma mentalidade aparece e se legitima em um contexto histórico específico. Dessa forma, a análise de Foucault está no campo da possibilidade do próprio saber, de sua regularidade e de suas relações com outros dispositivos.

Certamente por isso o filósofo nunca se concentrou em um momento específico da história, pois nunca foi seu propósito estudar a maior quantidade possível de documentos e produzir, historicamente, um olhar bastante amplo sobre o passado. A sua história utiliza a noção de *episteme* na medida em que ela, para além de uma “visão geral” do pensamento de uma época, mostra a maneira pela qual o saber está organizado socialmente e suas condições históricas que atestam a sua existência. E a abordagem arqueológica, na medida em que escava e revela fragmentos dispersos, é capaz de relacioná-los e produzir um “quadro histórico” que conte a narrativa não de um período, mas da maneira pela qual ele se relacionou com o próprio saber.

A história foucaultiana é, por assim dizer, uma investigação que prioriza mais as mudanças que a continuidade. A sua história mostra que, no Ocidente, o saber não progrediu constantemente no sentido de se tornar, cada vez mais, uma verdade universal e uma ciência exata das coisas. Do mesmo modo, sua investigação não ignora por completo os períodos e os “espaços” do tempo, já que a história depende, essencialmente, de uma temporalização do acontecimento, mas seus recortes existem na medida em que é possível perceber, em um contexto histórico específico, as diversas relações que singularizam um determinado evento.

Ao tematizar a loucura, a sexualidade e outros temas em seus escritos, seu principal objetivo não era, embora isso possa causar certa confusão, realizar uma história da loucura ou da sexualidade. A confusão pode surgir pois, em seus títulos, Foucault publica suas obras como “História da Loucura” e “História da Sexualidade”. O leitor seduzido pelo título pode pensar, em um primeiro momento, se tratar de uma obra que se debruça sobre o surgimento desses temas na história e sua progressiva transformação até os dias atuais. Embora é verdade que nas suas obras há um estudo histórico da loucura e da sexualidade, seu principal objetivo não é produzir uma história dos marcos importantes desses temas na sociedade, mas mostrar como, ao longo da história, o saber e a ciência se relacionaram de maneira diferente em relação a esses temas e produziram formas específicas de relação com eles.

Nas palavras de Hayden White, o objetivo da análise de Foucault sobre a loucura “não era a loucura nem a razão, mas a estrutura mutável de relações entre os que eram tratados como isanos e os que se haviam arrogado a condição de pessoas sãs” (2014 p. 272). Sua investigação está, desse modo, na fronteira entre a loucura e a sanidade e como essas duas condições se relacionaram historicamente. A história foucaultiana é, portanto, uma história feita a partir da fronteira do pensamento, de sua margem e sua condição de possibilidade. A loucura surge a partir de sua relação com a sanidade ou, de outro modo, como as pessoas sãs e a ciência trataram do tema da loucura. A história da loucura está, portanto, profundamente relacionada com a história da ciência e da verdade, pois foram essas categorias que a tematizaram e constituíram a sua história.

A primeira contribuição da *episteme* para a história é, portanto, poder inserir os temas em uma complexa teia de relações discursivas e que a simples periodização do tempo é incapaz de contar a real história do objeto de estudo. Utilizando o exemplo da loucura, é verdade que a modernidade não descreve a sua história e tampouco mostra o progresso da ciência na relação com os loucos, mas o fato de a loucura ser tratada como doença mental na modernidade mostra uma ruptura, ou seja, uma descontinuidade na ordem do saber que torna possível o surgimento de novas relações e também novas “verdades científicas”.

Por isso Foucault, em “As Palavras e as Coisas”, tem como objetivo principal não o estudo de períodos diferentes para salientar suas transformações e progressos científicos, mas sua investigação está centrada em demonstrar as condições em que, historicamente, o próprio saber se tornou possível de existir e sob quais relações ele se organizou. O saber é, para o filósofo, uma estratégia: ele existe na medida em que se

articula com outros mecanismos, como os discursos, as leis e as instituições. Esses mecanismos, por sua vez, só existem em um espaço e tempo determinado, tornando o saber e a cientificidade desse saber uma construção histórica e característica da *episteme*.

A história que se relaciona com o conceito de *episteme* se debruça sobre problemas específicos situados em um determinado recorte temporal. Com isso, a pesquisa histórica percorre as diversas camadas da história buscando captar, no emaranhado de fontes e discursos, aquilo que representa, para a pesquisa em si, algo de revelador sobre o problema que foi colocado para a pesquisa no início da investigação. Esse é o procedimento arqueológico que, no terreno da *episteme*, utiliza seus instrumentos (fontes, problema, objetivo, discursos) para escavar o passado e encontrar as relações que conectam práticas sociais e formam o acontecimento histórico.

Como na escavação dos sítios arqueológicos, a história foucaultiana encontra, muitas vezes, elementos dispersos no tempo. Um discurso, um texto, uma imagem, representações etc., informações que, isoladamente, não são capazes de explicar e tornar presente a inteligibilidade do passado. No entanto, na medida em que se escava e descobre novas fontes, novos discursos, os registros do passado se articulam e é possível, na descontinuidade do passado, estabelecer uma certa coerência e forma histórica aos eventos da sociedade. A história arqueológica não é, portanto, a pesquisa que reconstrói, por meio da escavação, o evento histórico em si, mas, a partir da descontinuidade, estabelece sentido para a dispersão histórica e torna apresentável, em sua narrativa, as relações que fazem dos acontecimentos do passado serem também acontecimentos históricos.

Ora, essa história não é, como se pode perceber, tão inovadora assim, já que o historiador sempre lidou, desde Heródoto, com a dispersão de vozes e fontes que compõem a trama histórica. O historiador sempre esteve no papel de selecionar as fontes, excluir outras, inquirir o material, relacioná-las com outras, produzir, enfim, um sentido para aquilo que sobreviveu do passado e se tornou acessível a partir de sua investigação. Vejamos o que diz Georg Simmel sobre a compreensão histórica:

A compreensão histórica só se produz manifestamente, como tal, quando esses momentos descontínuos, que o observador compreende de maneira descontínua em sua intemporalidade, são atravessados por uma corrente vital contínua que estabelece vínculos entre eles, abre-os uns sobre os outros e faz com que sintam as pulsações de uma vida que se desenvolve no tempo (2011 p.40).

Bem anterior a Foucault, Simmel apontava a relação da descontinuidade do passado com o domínio histórico. Em tese, toda história está profundamente ligada com a descontinuidade, pois é ela que torna possível, para a investigação histórica, que o passado seja percebido em sua dispersão e transformado, no texto final, em uma certa continuidade de sentido e temas. A coerência histórica só existe porque, *a priori*, tudo é descontínuo e disperso, e cabe ao historiador elaborar um sentido para que o passado possa se conectar com o presente.

O “quadro histórico” criado pelo historiador é, assim como no mundo da arte, uma representação elaborada a partir de certos olhares e instrumentos. Essa representação, no entanto, se difere da imagem criada no mundo artístico, pois para o pintor basta os pincéis e a criatividade para produzir uma grande obra de arte. O historiador, com a caneta em mãos e sua criatividade não produz um texto histórico, mas no máximo um texto literário, o que é, para a história, também algo de certa relevância. A história se constrói, primeiro, a partir de fontes e, segundo, na maneira como elas são inquiridas pelo historiador, ou seja, segundo sua criatividade. O historiador nunca está preso a uma fonte, mas também nunca distante o bastante para a perder de vista.

A história é o elo que liga os eventos do passado e produz uma trama coerente e verificável segundo procedimentos rigorosos e confiáveis. É fato que, sem fontes, não há história, mas a sua existência por si só também não é capaz de produzir uma narrativa sobre o passado. A criatividade do historiador se torna aqui elemento fundamental para a construção de um sentido para a descontinuidade dos eventos. A sua liberdade criativa, no entanto, se restringe aos documentos e o historiador jamais pode, em seu discurso, afirmar algo que não possa ser comprovado pela sua fonte. A escrita da história está, dessa forma, no limiar entre a objetividade e a subjetividade. De um lado uma fonte que diz e comprova, de outro o historiador que interroga o documento e o faz falar.

Outra contribuição da noção de *episteme* foi ter pensado acontecimento não mais no plano dos grandes eventos, mas nas rupturas do próprio saber. A mudança dos tempos históricos está inserida, em Foucault, em uma estratégia mais ampla de relações entre discursos e práticas que, a todo momento, buscam se legitimar, escapar, conformar, criar, produzir certas condições de existência. E o conceito de *episteme* coloca essas relações no cerne da reflexão histórica, pois uma época tende a se

constituir a partir de suas próprias práticas internas de legitimação. Essas “práticas internas de legitimação”, que são os discursos, as instituições, as leis, a ciência, não surgem do nada e tampouco são resultado de um longo processo evolutivo. É a ruptura, isto é, a brusca mudança que torna possível o surgimento de novas formas de saber.

No lugar de pensar os grandes eventos ou as grandes figuras, a história foucaultiana se volta para “uma relação de forças que se inverte” e, se em uma determinada época prevaleceu certa forma de pensar e ver o universo humano, essa forma perderá o status de “verdade” para o surgimento de uma nova racionalidade. Essa importância da ruptura ou das mudanças na história de Foucault não significa que ele esteja abandonando por completo os modelos antigos da investigação histórica. É verdade que ele realiza uma história completamente inovadora, mas se mantém ainda no plano da história científica dando um novo sentido a ela através de seu próprio trabalho.

Os seus textos históricos são, de certa maneira, uma crítica à história, mas, por outro lado, se mantém ainda bastante próximo dela ao realizar todo o seu empreendimento intelectual. Seu pensamento é também um olhar crítico sobre si mesmo, sobre a ciência histórica no Ocidente e as formas com as quais ela lidou com os resquícios do passado ao longo dos últimos séculos. A contribuição de uma história que se situa nos limiares está além de uma mudança de foco ou crítica historiográfica. É, em primeiro lugar, uma reflexão instigante sobre o lugar e as condições do acontecimento na narrativa histórica.

Como já vimos, a noção de “acontecimento” ganha uma amplitude na narrativa histórica de Foucault. Uma guerra, um tratado, uma lei aprovada e os eventos concretos são acontecimentos do passado. No entanto, um discurso sobre o sexo, as práticas em torno da loucura e a constituição da medicina no Ocidente também constituem acontecimentos históricos. Portanto, acontecimento não é composto só por fatos grandiosos e tampouco por figuras marginais do passado, mas conjunto de relações que torna possível mudanças e rupturas na ordem do próprio saber. Mudanças nem sempre perceptíveis, mas cuja arqueologia é capaz de escavar e encontrar, debaixo do mesmo solo, os sinais indicativos de sua desordenada evolução.

A história de Foucault não descarta o acontecimento, mas o insere em uma teia mais complexa de relações e influências. Assim, os discursos, a ciência, as instituições, as leis etc., atuam de maneira emblemática na configuração da *episteme*, pois são as instâncias que se relacionam e formam toda a disposição de uma época para o saber. Essas relações, por sua vez, são completamente históricas, pois aparecem e se

desenvolvem dentro de um contexto específico, cuja transformação podemos acompanhar nas passagens e nos limiares entre uma configuração histórica e outra.

Aí está, portanto, a curiosidade de “As Palavras e as Coisas”, pois ela evidencia os momentos de ruptura em que o saber se abre a novas possibilidades de legitimação. E essas rupturas não acontecem devido a uma consequência inevitável de sua própria história, mas a partir de uma mudança de paradigma que torna viável novas formas de dizer e ver as coisas do mundo. As palavras não explicam o real, mas o domina, circunscreve o objeto (loucura, doença, sexualidade) dentro de um espaço móvel em que os discursos têm a função de se apoderar e definir suas categorias.

Por isso há, na história foucaultiana, uma valorização dos discursos. São eles que, ao tematizar e enquadrar a realidade, elaboram a sua própria condição de possibilidade e formas de visibilidade. Os discursos possuem a sua camada histórica, não somente porque é dito por alguém em algum lugar e em determinado tempo, mas porque estão situados em certas condições históricas de produção de verdades. Na medida em que essas condições são transformadas, ampliadas, reformuladas, o saber também atinge um novo estatuto dentro da sociedade, pois todo e qualquer discurso só é possível a partir de um solo comum de visibilidades.

De outubro de 1985 a maio de 1986, Gilles Deleuze ministrou um curso sobre Foucault. As aulas foram gravadas e posteriormente transcritas para a versão brasileira. Deleuze dividiu o curso em três eixos, intitulados: As formações históricas, O poder e A subjetivação. Toda a interpretação de Deleuze sobre a obra de Foucault é agradável, mas pensando a presente pesquisa, destaca-se as aulas em que o filósofo discute sobre as “formações históricas” em Foucault. Na aula 2, elas são definidas pelo filósofo da seguinte forma:

Vocês veem que a formação histórica é definida como um regime de enunciados e um campo de visibilidade. O que implica notadamente que as diferentes épocas, as diferentes formações históricas não veem a mesma coisa nem dizem a mesma coisa. As visibilidades e os enunciados são as variáveis de cada formação (2017, p. 7).

É importante perceber, com a passagem de Deleuze, que as “formações históricas” operam a partir de regimes específicos de saber, ou conforme suas palavras, regime de enunciados e campo de visibilidades. Cada formação histórica possui, dessa forma, uma maneira específica de situar os objetos em uma ordem discursiva e visual. Essa “ordem” não deve ser pensada como uma estrutura rígida e imóvel, como se nenhuma transformação fosse possível e tudo já estivesse delimitado. O que se percebe,

na verdade, é que cada época possui os seus limites e também as possibilidades por onde o saber, a todo instante, busca se afirmar.

Para Foucault as *epistemes*, para Deleuze as “formações históricas”. Nas duas interpretações, a noção de “época” é posta um pouco de lado para a história das *epistemes* ou das formações históricas. Isso porque, conforme já discutido aqui sobre o significado desses conceitos, uma época, um período, a modernidade não deve ser investigada como algo já estabelecido e fechado em si mesmo. Continuando a existir, afinal a história é feita de períodos, os recortes são delimitados na história foucaultiana e analisados a partir de um problema previamente estabelecido, cujo período em destaque representa, para a sua investigação, o campo em que todo um jogo de relações é possível.

Uma *formação histórica* ou a *episteme* não é o mesmo que um período histórico. Um período assinala a divisão do tempo em espaços – Idade Moderna, Idade Média, Primeira República – e estabelece características que o torna diferente de outros períodos históricos. Isso representa, didaticamente, uma organização melhor do tempo, pois ele é mensurado e reunido dentro de um sistema de relações em comum. Dessa forma, o período reúne em torno de si um conjunto de elementos que não existem em outros contextos ou, se existem, não de maneira influente e consolidada como em tempos históricos específicos.⁶

A modernidade, portanto, não é um período histórico apenas porque inaugura um novo momento após a Idade Média. Do mesmo modo, não é somente uma época anterior à contemporaneidade. Entre esses dois períodos, a modernidade é um espaço no tempo em que toda a sua cultura possui sentidos específicos de existência e manifestação, cuja forma e conteúdo são percebidos à luz de uma investigação histórica. Dessa forma, os períodos compõem “etapas” da história em que a humanidade progrediu, retrocedeu, colapsou, recomeçou e deu continuidade à experiência humana no tempo e no espaço.

Por outro lado, quando destacamos as *formações históricas* ou as *epistemes* não estamos pensando precisamente os períodos, embora sejam eles os pressupostos de toda e qualquer *episteme*. Isto é, elas existem e se fundamentam na medida em que se articulam a períodos específicos. No entanto, as *formações históricas* são conjuntos mais amplos em que diversos mecanismos atuam no sentido de produzir maneiras

⁶ Sobre o curso de Deleuze sobre Foucault, o historiador Elias Palti faz uma interessante análise em seu artigo “Deleuze's Foucault: on the possibility of an outside of knowledge/power” (2021, p.: 20-35).

específicas de representação e percepção do real. Não se trata apenas de delimitar o recorte, mas de justificá-lo a partir de uma certa condição de possibilidade que faz surgir, no interior de uma cultura, o acontecimento.

Há uma passagem interessante no prefácio de “As Palavras e as Coisas” em que Foucault, refletindo sobre o papel de um “solo positivo” de produção de saber, afirma o seguinte:

É com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer. Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou se espelham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes etc. (1999, p. XVII).

O “solo positivo” da *episteme* é, portanto, aquilo que se assemelha a um “quadro de variáveis”. Sabemos do interesse de Foucault pela arte, visto que ela representa um valor não apenas estético, mas também histórico e filosófico. Por isso dedicou, no primeiro capítulo de “As Palavras e as Coisas”, uma análise detalhada sobre o quadro *Las Meninas*, de Velázquez. O conjunto de objetos e personagens do quadro, a forma que estão representados e a relação que existem entre si fará com que Foucault veja, na pintura de Velazquez, a forma de uma “representação da representação clássica e a definição do espaço que ela abre” (1999, p. 20).

Permanecendo nas relações com a arte, podemos pensar o “quadro de variáveis” como o solo comum de todas as semelhanças, mas também de todas as diferenças. O próprio espaço do acontecimento, o lugar não apenas em que as coisas aparecem, mas principalmente o lugar em que elas podem ser pensadas e representadas a partir de certos limites e possibilidades. O quadro no mundo da arte é o que há de mais sublime, pois representa a possibilidade de representação e produção de novas formas. No entanto, a representação não existe, por si só, como autônoma. Ela está ligada a certas formas sociais e históricas que a torna possível de existir.

Pode-se pensar, assim como afirmou Lavoisier que na natureza nada se cria e nada se destrói, mas tudo se transforma, que na história humana acontece algo semelhante. A *episteme*, como já salientamos, é a lógica discursiva e epistêmica sobre a qual toda sociedade repousa. E também que essa lógica não é eterna e invariável, mas se

transforma ao longo da história para o surgimento de novas relações que irão fundamentar a sociedade. Portanto, uma *episteme* não se perde no tempo, nem tampouco desaparece por completo, mas cede lugar a uma nova que, a partir de uma ruptura na ordem do saber, faz surgir novos dispositivos e mecanismos. A história da humanidade é o relato sobre o processo de atualização e consolidação desses mecanismos.

O quadro determina limites para a obra do artista, isto é, o seu espaço é delimitado e as relações contidas em seu interior dependem, embora não totalmente, das percepções do artista, sua criatividade e das condições históricas e sociais em que a obra se situa. Assim podemos pensar também o papel da *episteme* na história. Cada uma, como um quadro, possui em seu interior o conteúdo de um saber, as diversas relações que compõem e organizam a sua estrutura, podendo se assemelhar ou estabelecer diferenças entre si. O quadro ou a *episteme* representa, na arte ou na história, o espaço possível do acontecimento e da representação.

Com a história oficial, aprendemos a divisão do tempo histórico em suas diferentes fases (História Antiga, Idade Média, Idade Moderna, História Moderna), assim como também a existência de uma “pré-história”. Para cada período, há um marco divisor que assinala o seu fim e o início de uma nova fase histórica (Fim do Império Romano, Queda de Constantinopla, Revolução Francesa). Essa divisão pressupõe uma linha no tempo, cuja história represente a totalidade desse processo em suas diferentes experiências e especificidades.

No entanto, essa divisão é bastante problemática quando se pretende compreender as reais dinâmicas das sociedades, pois ela tende a fixar e limitar uma época ao seu período histórico. Um exemplo disso é diferenciar a mentalidade moderna com a mentalidade medieval, tratando-as como formas de pensamento completamente opostas e diferentes. Certamente correspondem a períodos e condições diferentes no tempo, o que influencia decisivamente a maneira de pensar e ver o mundo. Apesar das diferenças, não é certo pensar que cada época produz uma forma de pensamento completamente nova e independente das demais. Uma cultura pode se transformar, inovar, mas jamais desaparecer por completo.

A Revolução Francesa pode ter causado transformações sociais e políticas na Europa, sendo por excelência um momento de ruptura na história, marcando o fim da modernidade e o início da contemporaneidade. Não causou, porém, mudanças repentinas na cultura e mentalidade europeia, nem tampouco tornou extintas as antigas

formas de manifestação cultural e entendimento humano. A história humana é complexa e a divisão em períodos pode causar a confusão de pensar que as épocas estão separadas no tempo, ou até mesmo ignorar as influências que o passado pode exercer sobre as sociedades.

Isso não significa que a divisão é errada e não se deva mais pensar a história a partir de períodos, pois são didaticamente muito importantes para o entendimento histórico. É importante fazer essa contextualização para reafirmar, mais uma vez, a diferença que a *episteme* apresenta em relação ao período em história. Narrar a história da modernidade é algo feito em abundância pelos historiadores, que realizam uma história política, cultural, sociológica e até mesmo da arte moderna. Por outro lado, tratar da *episteme* moderna, ou até mesmo outra, é algo que exige uma abordagem diferente.

É difícil datar o “nascimento” e a mudança de uma determinada *episteme*, assim como a historiografia produziu sobre os períodos. No entanto, caracteriza-se como *episteme* um conjunto de regras, princípios e categorias que governam a produção e a organização do conhecimento em uma determinada época. A *episteme* é uma estrutura mais profunda do que as ideias ou teorias individuais, pois molda as possibilidades e os limites do pensamento em uma dada época. Não se confunde, dessa forma, como uma forma de pensamento, uma cultura em comum de um período, mas algo mais complexo que determina a condição de possibilidade do próprio pensamento.

3.2 História da loucura e a descontinuidade

Tendo em vista o papel da *episteme* na obra de Foucault, assim como os demais conceitos e abordagens do filósofo, tentaremos analisar, agora, a real influência desses conceitos para a caracterização de uma concepção de história foucaultiana. Para isso, iremos analisar a investigação que realizou sobre a loucura em dois importantes livros: “História da Loucura” e “Doença Mental e Psicologia”. Acreditamos que dessa forma atingiremos o principal objetivo da presente pesquisa, que é compreender as contribuições da história realizada por Foucault e o lugar da noção de descontinuidade em sua reflexão histórica.

A hipótese central que guia a presente pesquisa é a seguinte: que seu estudo sobre a loucura não é apenas uma história, no sentido das transformações ao longo do

tempo do indivíduo “louco”, mas uma investigação complexa sobre as fronteiras entre a razão e a desrazão. É dessa fronteira que surge a questão da loucura, não somente como uma experiência social e histórica, mas também como fruto de relações de saber e poder responsáveis por produzir os limites da sanidade e a caracterização da loucura. A sua história, portanto, busca analisar também as condições em que a loucura foi constantemente produzida e sobre quais condições ela pôde se constituir.

Michel Foucault dedicou uma parte significativa de sua obra ao estudo da história da loucura e da maneira como ela foi tratada ao longo do tempo. Seu livro "História da Loucura na Idade Clássica" é uma das obras mais influentes nesse campo e representa um marco na compreensão da relação entre a loucura, o poder e as instituições sociais. Em sua análise, Foucault argumenta que a forma como a sociedade lida com a loucura não é um reflexo objetivo da doença, mas sim uma construção social e histórica. Ele examina a mudança nas atitudes e práticas em relação à loucura ao longo dos séculos, destacando a transição da Idade Média para a Idade Moderna.

Na Idade Média, Foucault argumenta que a loucura era vista de maneira mais ambígua, muitas vezes associada a uma sabedoria marginal ou a um estado de inspiração divina. No entanto, durante a Idade Clássica, ocorreu uma transformação na percepção da loucura, que passou a ser entendida como uma ameaça à ordem social e à razão. A loucura foi progressivamente isolada e confinada em instituições especializadas, como os asilos e os hospitais psiquiátricos.

Foucault descreve como as práticas de confinamento e controle da loucura se tornaram estratégias de exercício de poder e controle social. Ele argumenta que a loucura foi transformada em um objeto de conhecimento e dominação, onde as instituições psiquiátricas e os discursos médicos exerciam um controle disciplinar sobre os indivíduos considerados loucos. Uma das principais contribuições de Foucault em relação à história da loucura é a crítica à noção de doença mental como uma entidade objetiva e universal. Ele questiona a concepção de loucura como um fenômeno puramente biológico, argumentando que a definição e o tratamento da loucura são moldados por fatores sociais, políticos e culturais.

Apenas no século XIX que a loucura irá, de fato, se constituir como uma doença mental, objeto de preocupação científica no Ocidente. Sua obra mostra, portanto, um percurso da patologização da loucura, desde algo marginal, na Idade Média, até a sua efetiva classificação científica com a psicologia e psiquiatria. Ao desnaturalizar a loucura na sociedade, Foucault expõe as relações de poder e saber que fundamentam sua

constituição histórica na modernidade, como também as estratégias de dominação e controle social entenhadas nas práticas hospitalares e terapêuticos da loucura.

Segundo Foucault, a compreensão sobre a patologia mental não deve ser buscada em uma “meta-patologia”, mas a partir de relações historicamente determinadas entre o indivíduo louco e o indivíduo verdadeiro, ou seja, entre a loucura e a sanidade (1975, p. 5). Por isso seu estudo é histórico, pois prioriza as relações históricas em torno da loucura e não as abstrações sobre a doença. Não ignora, porém, os discursos e as reflexões sobre a doença, mas são observados a partir da experiência humana e como ela está atravessada pelas relações de poder.

A loucura jamais foi esquecida, pois sempre circulou na consciência da sociedade, nos livros e na experiência histórica. Antes de se constituir como doença mental, ela existiu e provocou percepções em torno de si. Conforme Foucault afirma:

Isto não quer dizer que o Renascimento não cuidou dos loucos. Pelo contrário, foi no século XV que se viu abrirem-se na Espanha inicialmente (em Saragossa), depois na Itália, os primeiros estabelecimentos reservados aos loucos. São aí submetidos a um tratamento, sem dúvida, em grande parte inspirado da medicina árabe. Mas estas práticas são localizadas. A loucura e no essencial experimentada em estado livre, ou seja, ela circula, faz parte do cenário e da linguagem comuns, é para cada um uma experiência cotidiana que se procura mais exaltar do que dominar. Há na França, no começo do século XVII, loucos célebres com os quais o público, e o público culto, gosta de se divertir; alguns como Bluet d'Arbère escrevem livros que são publicados e lidos como obras de loucura. Até cerca de 1650, a cultura ocidental foi estranhamente hospitaleira a estas formas de experiência (1975, p. 54).

Na passagem da Idade Média para o Renascimento, a loucura existia a partir de uma “experiência cotidiana” que era exaltada nos livros da época. Não era percebida, ainda, nos termos de uma doença, mas nos meandros de uma visão religiosa que os colocavam à margem e fora dos muros da consciência normal. Não eram tratados, medicalizados, mas alvos de uma visão religiosa que atribuía à loucura um tipo de intervenção divina ou a presença de poderes sobrenaturais. De maneira paradoxal, ela era exaltada pela sociedade que mantinha uma posição de cautela em relação aos loucos, que poderiam prejudicar a ordem social e moral da população.

Os casos graves de loucura demandavam da sociedade uma atitude em relação ao comportamento desviante, que poderia corromper e prejudicar a normalidade social. Essa atitude será excluir o indivíduo louco do meio, expulsá-lo e deixá-lo longe da

sociedade para ela pudesse ser preservada do mal, das influências negativas do mundo. No entanto, ainda assim ela não era completamente rejeitada pela sociedade, que a tolerava, mas vigiada por um olhar ambíguo de preocupação e curiosidade. Conforme Foucault, a loucura é investida pela razão e plantada nela, constituindo assim como que duas faces da mesma moeda, a loucura como uma espécie de razão obscura (2019, p. 36).

Ainda com as palavras de Foucault, uma passagem de “História da Loucura” nos interessa para pensar essa relação ambígua na Idade Média:

É que agora a verdade da loucura faz uma só e mesma coisa com a vitória da razão e seu definitivo domínio, pois a verdade da loucura é ser interior à razão, ser uma de suas figuras, uma força e como que necessidade momentânea a fim de melhor certificar-se de si mesma (2019, p. 36).

Isso explica a ambiguidade da Idade Média com a loucura, pois ela é tida como uma face da razão, embora muito mais obscura e misteriosa. Ela não é, portanto, separada da razão, mas entendida como uma expressão da racionalidade, uma face porém mais profunda e incompreensível. Assim ela é tolerada e exaltada como uma espécie de razão obscura, ilusão da consciência que pode colocar em perigo a sociedade. Para que a sociedade não corra o perigo de ser corrompida pela loucura, o louco precisa ser expulso e levar uma vida errante, de modo que ela permaneça em estado livre fora dos muros da cidade e não perturbe a razão e moral cristã.

Percebemos, aqui, a maneira que o tema é colocado pela Idade Média. Ele existe para essa sociedade de uma maneira específica, longe ainda de se tornar um objeto de investigação ou uma problemática social. A loucura existe aqui de uma maneira ainda enigmática, uma experiência cotidiana do indivíduo louco e a percepção religiosa de um lado obscuro da razão, uma influência sobrenatural que altera a normalidade do pensamento. Excluída das cidades ela irá se manifestar livremente de maneira errante pelo mundo, cuja equilíbrio social e cristão será preservado das influências divinas sobre a razão humana.

Foucault argumenta que a forma como a sociedade medieval lidava com a loucura não se baseava em uma concepção científica ou médica, mas sim em práticas sociais e religiosas que buscavam manter a ordem e o equilíbrio da comunidade. A loucura era interpretada em termos religiosos e morais, e as práticas de exclusão visavam proteger a coletividade da influência negativa dos loucos. Esse entendimento

irá perdurar até a Idade Clássica, a partir do século XVI, no qual a loucura será inserida em novas formas de produção e controle social com o desenvolvimento de instituições especializadas.

Essa transformação será responsável por incluir a loucura em um novo formato, despreendendo um pouco da visão religiosa da Idade Média e inserindo o tema em um debate social maior. Não mais a manifestação de inspirações divinas e forças externas, a loucura será percebida como um desvio da razão e uma potencial ameaça à ordem social. No lugar de deixá-los “livres”, errantes pelo mundo como na Idade Média, a *episteme* da Idade Clássica irá aprisionar a loucura dentro de instituições especializadas, como os hospitais, e direcionar um controle social a essas instituições e seus residentes.

Embora a percepção da loucura se transforma a partir da Idade Clássica, ela ainda não se torna um objeto de estudo e preocupação científica. A loucura não é inserida, ainda, no debate científico e na classificação de “doença mental”. Ela é colocada no plano da “desrazão”, do pensamento obscuro e perigoso para o restante da sociedade, que possui a plenitude da razão e suas faculdades mentais preservadas. O louco se torna uma ameaça, pois ele é capaz de colocar em perigo não a si mesmo, mas o restante da sociedade que está exposta aos desvios perigosos da razão. Em razão disso é criado o Hospital Geral, em 1656, não para cuidar do indivíduo louco, tampouco para reintroduzi-lo à sociedade, mas para aprisionar a loucura e preservar a sociedade do perigo da “desrazão”.

Foucault menciona, em seu livro, o surgimento do Hospital Geral e sua função para a percepção da loucura na Idade Clássica. Segundo o autor:

Uma data pode servir de referência: 1656, decreto da fundação, em Paris, do Hospital Geral. À primeira vista, trata-se apenas de uma reforma – de uma reorganização administrativa [...] Todos são agora destinados aos pobres de Paris, “de todos os sexos, lugares e cidades, de qualquer qualidade de nascimento, e seja qual for sua condição, válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis”. Trata-se de recolher, alojar, alimentar aqueles que se apresentam de espontânea vontade, ou aqueles que para lá são encaminhados pela autoridade real ou judiciária [...] De saída, um fato é evidente: o Hospital Geral não é um estabelecimento médico. É antes uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa (2019, p. 49-50).

Vejamos o paradoxo do Hospital Geral: não se trata de um estabelecimento médico, mas de uma entidade administrativa que, em conjunto com os outros poderes e

instituições, julga e executa. Essa é a função das instituições da Idade Clássica e é no interior dessas unidades que a loucura será percebida e dominada. O Hospital Geral não é uma instituição médica e não se preocupa com o tratamento de seus internados; antes, é um espaço de exclusão, um lugar onde os desvios sociais são contidos, agrupados e controlados pelo olhar médico sob o pretexto de proteger a sociedade dos perigos e da desordem social. Segundo Roberto Machado, é nesse momento que a loucura será excluída da ordem da razão (2007 p. 55).

Portanto, a obra "História da Loucura na Idade Clássica" de Foucault investiga as mudanças na compreensão e no tratamento da loucura durante esse período, bem como as implicações políticas e sociais dessas transformações. Ao abordar a história da loucura na Idade Clássica, Foucault busca desconstruir as noções estabelecidas sobre a loucura, questionando a sua categorização como patologia e destacando a dimensão social e política envolvida na construção do conhecimento sobre a loucura. O Hospital Geral é a manifestação do poder sobre a loucura, que a exclui e domina no interior das instituições, mas não trata e tampouco humaniza a relação com o indivíduo considerado louco.

Essa análise de Foucault sobre os hospitais gerais está inserida em sua crítica mais ampla sobre as práticas de confinamento e controle que se desenvolveram ao longo da história em relação à loucura. Ele questiona como o poder e o conhecimento médico se entrelaçaram nesse processo, levando à medicalização e patologização da loucura, bem como ao estabelecimento de práticas disciplinares que buscavam normalizar os indivíduos considerados loucos. A instituição do hospital não era apenas para os considerados insanos, mas para todos aqueles que, de uma maneira ou outra, transgrediam a ordem da sociedade.

Excluídos da sociedade e inseridos em um regime de vigilância e controle, os loucos não serão mais deixados à margem para que perambularem pelo mundo, mas retirados do mundo para que possam ser aprisionados e vigiados constantemente em instituições especializadas. Protege-se, assim, a sociedade e a plenitude da razão ao mesmo tempo que exclui e domina o que a ameaça constantemente. A mudança de percepção, como se nota, assinala também o revestimento de mecanismos de poder e controle social direcionados a grupos específicos da sociedade.

Não só loucos, mas pobres, marginais, criminosos etc., eram recolhidos nos hospitais. Isso mostra a função de controle dessa instituição, que não ressocializava seus enfermos, mas os incluía em um espaço de confinamento. Os pacientes considerados

loucos eram segregados do restante da sociedade e submetidos a práticas de vigilância, punição e correção. Essas instituições se tornaram espaços de poder, onde a loucura era medicalizada e controlada por meio de práticas de tratamento, como a terapia de choque e a reclusão.

Até que a loucura alcance a categoria de “doença mental”, no século XIX, ela é balizada de diferentes maneiras pela sociedade ocidental. Na Idade Clássica, como se vê, a loucura é aprisionada e dominada por um saber normalizador, cuja função principal não é tratar ou medicalizar, mas controlar. A loucura, portanto, é produzida dentro das instituições como uma ameaça a ser controlada e combatida através dos experimentos médicos. O percurso de patologização da loucura, conforme nos apresenta Foucault, evidencia uma dinâmica bastante complexa em que poder e saber se relacionam decisivamente para a constituição histórica da loucura.

A loucura passa por algumas rupturas, ou seja, transformações históricas importantes ao longo de seu processo até a sua definição como “doença mental”. Segundo Blanchot, é característico de Foucault tratar os temas a partir de um ponto de vista histórico e sociológico, privilegiando uma abordagem descontínua na investigação do passado (1987, p. 16). Ainda com Blanchot, ele evidencia a importância dos lugares de ruptura para a história de Foucault:

[...] e é nos lugares - lugares ao mesmo tempo materiais e espirituais - deixados vagos pelo desaparecimento dos leprosos que se instalam os refúgios de outros excluídos, enquanto esta necessidade de excluir se reitera sob formas surpreendentes que ora a revelam, ora a dissimulam” (BLANCHOT, 1987, p. 16).

A passagem citada alude também à problemática central desta pesquisa, que é evidenciar na história de Foucault uma abordagem descontínua da racionalidade ocidental e sua relação com o tema da loucura. A sua investigação se diferencia de muitas abordagens historiográficas, pois trata o passado a partir de novas dinâmicas culturais e de poder, utilizando-se dos discursos e sua relação com o acontecimento histórico. Sua história é uma desnaturalização de temas já consolidados, tido como universais e inquestionáveis. Propõe, por outro lado, uma narrativa sobre os processos históricos de produção de verdades, suas transformações e dinâmicas sociais.

A “História da Loucura” é um livro bastante relevante da bibliografia foucaultiana. Nele podemos percebermos problemas e ideias que percorrem toda a obra de Foucault, como a utilização dos discursos, a abordagem descontínua e a

historicização da verdade. Foucault problematiza, em seu livro, a concepção de loucura como doença mental, questionando sua universalidade e objetividade. Ele analisa a forma como a medicalização e a exclusão da loucura ocorreram ao longo da história e enfatiza a dimensão social, cultural e histórica envolvida na construção da noção de doença mental.

A loucura, conforme podemos interpretar com a obra de Foucault, é uma invenção. Ao dizer isso, queremos afirmar que ela, por não ter sido universal e imutável no tempo, transformou-se na medida em que a sociedade mudou e novas relações se constituíram. Invenção também no sentido de que há sempre alguém ou algo que tematiza a loucura, que busca dizer a verdade sobre ela e, na sociedade moderna, exercer algum tipo de controle social.

A originalidade de Foucault é não ter feito uma história tradicional sobre a loucura. Como se, por trás desse tema, houvesse um sentido a se descobrir e narrar, um percurso a explorar e compreender. Ao tematizar a loucura, Foucault não busca restituir o seu sentido ou buscar a sua verdade histórica, mas analisar, a partir das experiências históricas entre o final da Idade Média até o século XIX, o modo como ela pôde ser produzida no centro da cultura ocidental. E a essa produção se relaciona os diversos mecanismos de poder que, apoiados em um saber pretensamente verdadeiro, estipulam os limites e as condições para que a loucura possa existir.

Os historiadores Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, no livro “História: novos objetos”, organizado por Le Goff e Pierre Nora, estabelecem uma discussão interessante sobre o “homem doente e sua história”. Os autores evidenciam as possibilidades historiográficas a partir de uma abordagem que problematiza o seu objeto e o relaciona com a influência dos discursos. Desse modo, os pesquisadores afirmam que:

O saber e o ver, a palavra e a distância organizam as relações lentamente instituídas entre o médico e o doente. Ao mesmo tempo definem a medicina erudita em sua relação com o que, daí por diante, ela exclui. Essas repartições tomam forma, tornam-se palavra ou gesto, num certo número de práticas do corpo. Assinalam a operação na e pela qual o sofrimento vem a ser um objeto e no qual o vestígio já está recoberto pela certeza científica. No ato terapêutico, como na constituição e na afirmação do saber como tal, procedimentos homólogos repetem o mesmo acontecimento; são, frente ao corpo, *estratégias* (1974, p. 147).

Podemos classificar, portanto, a história de Foucault como uma análise das estratégias discursivas e de poder que fundamentam as relações sociais e culturais, bem

como se desenvolvem as experiências históricas em contato com as formas de poder e saber. A “História da Loucura”, em resumo, busca entender não somente o desenvolvimento da loucura no ocidente, mas as estratégias que influenciaram o seu surgimento e determinaram suas transformações sociais. A obra de Foucault é uma reflexão histórica, política e cultural sobre a loucura, pois ela jamais foi algo isolada e compreendida pela razão, mas produzida por ela de maneira insistente, cujas relações de poder influenciaram a sua configuração histórica.

Não existindo, portanto, como uma condição *a priori*, a loucura será produzida pelos discursos (religiosos, médicos, psiquiátricos, institucionais), tornando-a, ora uma desordem social, ora uma manifestação sagrada, ora uma alienação, a depender das condições discursivas e políticas de cada época. O que está em destaque, na obra de Foucault, não é a loucura em si, mas a complexa relação histórica entre razão e o seu oposto, aquilo que lhe escapa, uma lacuna a ser interpretada, cujo discurso científica poderá compreendê-la e produzir a sua verdade. A história de Foucault é uma história das estratégias, das formações discursivas, das rupturas que sinalizam a formação de novas *epistemes*.

Conforme afirma Roberto Machado sobre a *episteme*, sendo ela “a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber” (2007, p. 133), é por isso que Foucault recorre, em muito de seus livros, a várias épocas do passado. Ele procura entender as disposições que o saber assumiu em seus diferentes contextos, assim como também o fundamento de cada *episteme*, as possibilidades históricas de cada recorte. O fato de a loucura assumir, historicamente, diferentes faces, não se trata de um progresso científico, muito menos um avanço humanitário com o surgimento dos hospitais, mas disposições diferentes e específicas no qual a loucura pôde se localizar e se definir.

O poder, como definiu Foucault, “está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (2021, p. 101). Em razão disso a loucura, assim como os demais temas analisados pelo filósofo, estão em permanente contato com os mecanismos do poder, pois exercem uma influência decisiva não apenas na sociedade, mas também no modo como o saber está organizado na sociedade. Afirmar algo sobre a loucura, o seu sentido ou os seus limites, advém não apenas de um saber “verdadeiro” e científico, mas de um poder intrínseco à racionalidade científica, que o legitima como um discurso eminentemente verdadeiro.

A história de Foucault é complexa, pois introduz o discurso na narrativa

histriográfica e reflete sobre a sua função no passado, assim como também relaciona o poder e a configuração das *epistemes* na interpretação do evento histórico. A teoria da história de Foucault é uma análise da “verdade”, de como ela se constituiu, sob quais condições e para que fins. Sua história é um percurso pela “verdade”, um estudo sobre o modo como a racionalidade ocidental se afirmou ao longo dos tempos. No que tange à loucura, é evidente o interesse da loucura em dominar a razão, ou a excluir, como demonstra Foucault ao analisar o Hospital Geral.

A obra de Foucault serve como um espelho para o ocidente. Expõe, frente a frente, suas bases culturais, as relações históricas que permitiram e influenciaram a constituição do indivíduo ocidental. Para que esse indivíduo pudesse se afirmar, antes foi necessário excluir o outro, o seu oposto, a sua ameaça. Depois, excluir não era mais suficiente, mas era preciso também dominar, vigiar e colocar sob controle. As instituições, em um primeiro momento, serviram como espaços de dominação e controle, como demonstra Foucault com o Hospital Geral em “História da Loucura”. Mais tardiamente, a vigilância extrapola os muros institucionais e alcança a mentalidade ocidental, não precisando mais incluir cada indivíduo em um espaço de exclusão mas, pelo contrário, produzir uma cultura de medo e vigilância, cujo indivíduo viverá, internamente, o drama do internado.

A “História da Loucura” é um livro inquietante, assim como os demais livros de Foucault, pois mostra a nós, humanos ocidentais, a nossa dupla face, o que somos e o processo pelo qual passamos para que pudéssemos nos constituir enquanto sujeitos históricos. O ser humano é um ser que inventa a si mesmo, isto é, que pensa a si como ser cultural e produz suas referências históricas. Foucault tentou seguir essa reflexão e produzir uma história que contasse, antes de tudo, um pouco sobre nós mesmos. A “História da Loucura” é, antes de tudo, uma história do sujeito moderno, da racionalidade moderna e sua relação com o outro.

A abordagem arqueológica, a análise dos discursos e a importância das *epistemes* propiciou a Foucault, de maneira decisiva, a realizar uma investigação cuidadosa sobre a loucura no ocidente. Seu livro instigou os historiadores a adotarem, cada vez mais, um olhar problematizador sobre o passado, desnaturalizando conceitos e os colocando sob reflexão crítica. Partindo de uma problemática inicial, Foucault demonstra que é preciso ir sempre além, escavar as suas camadas e não ignorar os elementos dispersos, mas entender que eles pertencem a uma organização maior, cuja intervenção do historiador é determinante para o esclarecimento do passado.

Por fim, queremos deixar claro que, ao trazer a “História da Loucura” para análise, não foi nosso objetivo esmiuçá-lo, analisar detalhadamente essa grande obra de Foucault, mas simplesmente ter a sua obra como referência para pensar aquilo que, deste o início desta pesquisa, preocupa o nosso trabalho, isto é: tratar a descontinuidade como um elemento fundamental da teoria da história foucaultiana. Na estimativa de ter alcançado esse intuito, reafirmamos a complexidade que é ter a obra de Foucault como objeto de estudo.

Acreditamos que, com a pesquisa realizada, a noção de descontinuidade possa ser melhor balizada nos escritos de Foucault, embora ele mesmo nunca tenha se preocupado em discutir esse conceito. No entanto, ainda que de maneira implícita, acreditamos se tratar de conceito fundamental para compreender a sua obra, uma vez que é bastante difícil compreender seus livros históricos sem levar em conta também a crítica à história que está sendo feita pelo filósofo. E, do mesmo modo, sem querer colocar Foucault como o filósofo da descontinuidade, vale destacar que esse não é o propósito, já que isso também é muito problemático. Esperamos, apenas, que esse conceito possa ser percebido claramente na abordagem historiográfica de Foucault, não como uma verdade universal ou um martelo destruidor das verdades, mas como uma reflexão crítica e histórica sobre o passado, que muito contribui para a historiografia atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso salientar, antes de qualquer coisa, que essa conclusão não é, definitivamente, uma conclusão. Haja vista a atualidade e complexidade do texto foucaultiano, assim como os diversos temas e textos que compõem a sua obra, é bastante difícil definir esse autor ou propor uma interpretação correta para a sua obra, já que ele mesmo afirmava escrever para “não ter mais um rosto” (2020, p. 21).

No entanto, uma problemática percorreu essa pesquisa desde o início, cuja nossa atenção se concentrou em entender a relação do conceito de descontinuidade com as possíveis contribuições de Foucault para a historiografia. Isso trouxe para a nossa pesquisa um problema a ser resolvido, já que Foucault jamais se preocupou em escrever um livro de caráter metodológico, que resumisse o seu método e produzisse uma definição autoral para os conceitos analisados nesta pesquisa.

Como forma de resolver esse impasse, buscamos analisar obras que, segundo nosso entendimento, são importantes por ilustrarem, mesmo que implicitamente, o ideal de descontinuidade. As principais obras analisadas nesta pesquisa foram “As Palavras e as Coisas” e “História da Loucura”. Um texto também importante, embora citado esporadicamente, é “Doença Mental e Psicologia”. Em conjunto, essas obras apontam para uma abordagem descontínua do passado, na medida em que elas se apoiam uma definição diferente para os tempos históricos analisados.

Antes de mais nada, é preciso destacar a descontinuidade como uma noção da história desenvolvida por Foucault. Apoiada em outros fundamentos, como a análise dos discursos e a abordagem arqueológica, pode-se dizer que ela alcança o seu propósito, ou seja, tratar os tempos históricos de outra maneira e levar em consideração os eventos menos emblemáticos na sociedade. Uma característica da descontinuidade é justamente essa: não somente os grandes eventos, mas os pequenos acontecimentos também compõem a trama a histórica.

Desse modo, verifica-se uma contribuição de Foucault na medida em que sua história se relaciona com os eventos de “menos importância”, tratando-os em sua historicidade e refletindo sobre o seu espaço na narrativa histórica. Mais que isso, problematiza também as relações de poder e saber que cercam o acontecimento histórico, não apenas produzindo uma história das figuras anônimas, mas refletindo sobre a própria sociedade sobre a qual repousa toda a condição histórica e cultural dos sujeito históricos.

O conceito de *episteme*, também central na obra de Foucault, foi desenvolvida neste texto com o objetivo de dar uma visão ainda maior para os fundamentos de sua escrita histórica. Percebemos que a noção de *episteme*, em sua filosofia, assume a condição histórica de um saber que se organiza e estrutura conforme as possibilidades de cada época. Foucault não acredita, ou ao menos não segue esse raciocínio, de pensar a cultura como algo comum de uma época, mas busca analisar as disposições do próprio saber, como ele aparece e se constitui historicamente.

É possível delinear, assim, os fundamentos de sua abordagem historiográfica, em que as *epistemes*, os discursos e a arqueologia compõem o quadro histórico de seus livros. A descontinuidade aparece, portanto, como uma percepção crítica sobre o passado e os tempos históricos, de modo que sua obra seja um estudo histórico sobre as mudanças e rupturas na ordem do saber, ora pensando essas transformações na constituição da loucura, ora também refletindo sobre a sexualidade e a criminalidade.

Essas descontinuidades e transformações não são apenas intelectuais ou teóricas, mas também têm implicações práticas nas instituições sociais, nas práticas disciplinares e nas relações de poder. Foucault analisa como essas descontinuidades afetam diferentes áreas, como a loucura, o poder, a sexualidade e a criminalidade, entre outras.

Por exemplo, em sua obra "História da Loucura na Idade Clássica", Foucault mostra como a compreensão e o tratamento da loucura passaram por uma ruptura radical na Idade Clássica, quando a loucura foi excluída e confinada em instituições

psiquiátricas. Ele argumenta que essa mudança representa uma descontinuidade histórica importante e não pode ser compreendida como uma simples evolução progressiva.

Por outro lado, sua abordagem não significa um desprezo total à noção de continuidade, já que a história necessita, em certa medida, de uma continuidade e sentido para os eventos dispersos. Esse paradoxo, já discutido em outra ocasião, mostra a complexidade que é a abordagem de Foucault. Sua narrativa é um relato das sociedades humanas, de como ela lidou com a diferença e como certos problemas surgiram em dada época. O resultado desse estudo é a exposição narrativa de um processo histórico e cultural das sociedades humanas, que embora possuindo um caráter disperso e confuso, torna-se compreensível o seu sentido a partir de uma abordagem que valoriza o papel da mudança e dos eventos de menor destaque.

Dessa forma, não procuramos esgotar, com a presente pesquisa, a obra de Foucault ou a sua teoria da história, tendo em vista se tratar de tarefa de difícil realização a nível de mestrado ou até mesmo de doutorado. Foi intuito nosso, com este trabalho, estudar as contribuições de Foucault para a historiografia, com ênfase na noção de descontinuidade e seu espaço dentro da filosofia do autor. A conclusão que podemos chegar, se nos é permitido definir assim a sua história, é que ela se relaciona profundamente com a noção de descontinuidade, de modo que o passado é revisitado a partir de novos problemas e métodos.

A abordagem arqueológica proporciona, ao historiador, uma possibilidade ainda maior de análise e compreensão do passado, já que as fontes se ampliam e possibilitam novas relações históricas. Nos preocupamos, também, em demonstrar a descontinuidade não como uma história nova e completamente diferente, mas como uma possibilidade historiográfica e metodológica. A “História da Loucura”, discutida superficialmente no último capítulo, demonstra a relação da descontinuidade com os seus livros propriamente, assim como os fundamentos de sua arqueologia.

Por fim, cabe destacar a complexidade da obra filósofo, assim como a ausência de uma definição metodológica por parte do autor, o que torna ainda mais difícil a realização desta pesquisa e a compreensão correta de seu método. No entanto, tomando o cuidado de não distanciar o bastante de seus escritos, procuramos tecer considerações relevantes para pensar as contribuições de suas obras à pesquisa histórica. Acreditamos que, apesar das dificuldades, o presente estudo levanta considerações importantes não apenas para a bibliografia sobre Foucault, mas também para a escrita da história em

geral, que em certa medida guarda influências do pensamento de Foucault.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)*. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.
- BLANCHOT, Maurice. Foucault como o imaginário. Tradução Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1987.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- CANGUILHEM, Georges. *Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do cogito*. Goiânia: Edições Ricochete, 2012.
- DELAPORTE, François. *Foucault, Canguilhem e os monstros*. In. SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011.
- DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização de Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2019.

- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.
- _____. *História da loucura na idade clássica*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 7º ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault: ou o niilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021.
- MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PALTI, Elias. *The “Return of the Subject” As a Historico-Intellectual Problem*. History And Theory, Ano: 2004 v.: 43 n.: 1 p.: 57-82.
- _____. *Deleuze's Foucault: on the possibility of an outside of knowledge/power*. History And Theory, ano: 2021 v.: 60 n.: 4 p.: 20-35.
- REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J; NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- SALOMON, Marlon. *“Isto não é um livro de história”*: Michel Foucault e a publicação de documentos de arquivos. Revista Topoi, v. 20, n. 40, p. 229-252, jan/abr. 2019.
- SÉRGIO DUARTE DA SILVA, L. Foucault: Teórico do historicismo. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 213–223, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/47775>. Acesso em: 22 maio. 2023.
- SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.